TL 148

TIMOR

João Gonçalo de Azevedo e Melo Dias Rosa

TIMOR

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PELOURO
CULTURA

Autor: *João Gonçalo de Azevedo e Melo Dias Rosas*
Título: *Timor*
Edição: *Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa*
Capa: *Susana Oliveira*
Execução gráfica*: Imprensa Municipal de Lisboa*
Data: *Junho de 1992*
Tiragem: *5000 exemplares*
Depósito Legal n.º 55 841/92

TIMOR

BREVE RESENHA HISTÓRICO-CULTURAL

RAZÕES PARA UM NÃO ABANDONO

João Gonçalo de Azevedo e Melo Dias Rosas

A edição desta obra integra-se na realização da «Quinzena de Timor» promovida pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

ÍNDICE

PREFÁCIO 7

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Antecedentes históricos 13
Descoberta 19
Situação geográfica e definição jurídica 21
Comentário 29

ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS

Introdução 33
Organização social 35
Pré-História e povoamento 39
Lendas e ritos 43
Stock sub-rácico 45
Evolução demográfica 47
Realidade étnico-linguística 49
Administração 57
Assistência médica 59
Clima e produções 61
Manifestações artísticas 63
Religião, mitos e devoções 71
Comentário final 77
BIBLIOGRAFIA 81

PREFÁCIO

A questão de Timor não é apenas uma questão de violação das mais elementares normas de direito internacional e de direitos humanos. É uma questão que se insere no quadro mais vasto de um autêntico genocídio cultural perpretado pela Indonésia e, infelizmente, com o acompanhamento do silêncio talvez cúmplice das mais representativas instituições políticas e morais do nosso tempo.

A publicação desta obra, que se integra no conjunto de acções de solidariedade que a Câmara Municipal de Lisboa, através do Pelouro da Cultura, vem apoiando, mostra bem como não se trata de uma questão colonial a defesa dos interesses morais, políticos e culturais da população de Timor face à violência e à opressão. Mesmo que o fosse, e no quadro mais amplo de um processo de descolonização inacabado, bastava que houvesse, fosse por quem fosse, a violação de direitos humanos e do direito do povo maubere a autodeterminação para que esta acção se justificasse.

Temos na memória as imagens dramáticas do massacre do cemitério de Santa Cruz. Elas valem por mil palavras na justificação da urgência de uma acção concertada junto da opinião pública internacional para que as razões que determinaram o Conselho e Segurança a actuar quando, para além de direitos fundamentais estiveram em causa os interesses das grandes potências, levem aquele órgão da ONU, a actuar em defesa dos direitos legítimos e desprotegidos do povo de Timor.

Timor constitui uma realidade cultural bem definida que se manifesta de formas múltiplas e é suporte da sua resistência moral e física perante a opressão e ocupação *indonésias. Representa, pois, para nós uma responsabilidade e um dever mostrá-la , de forma evidente, como complemento das razões que assistem a Timor e ao seu povo para se opôr ao genocídio cultural e para exigir, da comunidade internacional, o pleno exercício do seu direito à autodeterminação e independência.*

Acompanhando outras manifestações artísticas e a mostra de exemplares únicos e ricos da cultura maubere, esta publicação fica como uma referência essencial para a compreensão da questão de Timor.

Para que o mundo não esqueça que, longe dos grandes centros, numa pequena ilha dos mares de Timor, há homens, mulheres e crianças que sofrem por quererem ser livres. E nós sofremos com eles.

João Soares

Vereador da Cultura da CML

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

«Nunca louvarei capitão
que diga não cuidei»

D. JOÃO DE CASTRO

Antecedentes históricos

Dobrado o Cabo das Tormentas, abria-se aos portugueses um mar de infinitas possibilidades naquelas paragens do oriente; tesouros materiais e humanos que interessavam, uns para traficar e outros para submeter à nossa bandeira, consubstanciando a divisa que elevara o Monarca a «Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia».

As viagens para o oriente tomaram regularidade oficial e foram-se sucedendo pensada e estrategicamente delineadas, aliás como o próprio movimento dos descobrimentos, que teve em D. Dinis o responsável pela plantação do pinhal de Leiria * não só para suster as areias, como diligentemente nos foram ensinando na escola, e tão claramente nos esclareceu Fernando Pessoa chamando ao referido Monarca o «plantador de naus a haver».

Assim, no ano de 1503 partia para a Índia — já então atingida por mar pelos portugueses — uma outra esquadra dividida em duas capitânias de três naus cada uma. Zarpou a 6 de Abril, Afonso de Albuquerque com os outros dois capitães, Duarte Pacheco e Fernão Martins de Almada, e a 14 de Abril seguiram Francisco de Albuquerque e os seus dois capitães, Nicolau Coelho e Pêro Vaz da Veiga.

O envio desta armada, assim como de outras que a antecederam e sucederam, visava manter em guarda o Samorim de Calecut que, procurando expulsar os portugueses do Malabar, no ano de 1503 decidiu invadir Cochim. Eram por essa altura os portugueses aliados do Rei de Cananor e do de Cochim, e tal situação obrigou D. Manuel a defender o reino aliado, facto que suscitou na região do Malabar uma boa impressão por parte dos naturais de variados reinos — excepção feita naturalmente ao de Calecut — que viram nos portugueses «serem homens de verdade,

---

* As madeiras eram transportadas daí para S. Martinho do Porto, mas fundamentalmente para o óptimo porto de Pederneira onde se encontrava um dos melhores estaleiros do reino.

com quem convinha desenvolver o comércio» e, no dizer de Afonso de Albuquerque, referindo-se-lhes, «assentar paz e amizade com os nossos».

Os poucos portugueses que se instalaram no Malabar viviam fundamentalmente em três cidades; a saber: Cochim, Cananor e Coulão. Na ausência de Albuquerque, que voltara ao reino, coube a Duarte Pacheco Pereira a tarefa de comandar a força principal sediada em Cochim, e exactamente por essa altura o Samorim de Calecut resolveu desferir um ataque à força principal que, mercê da dificuldade de comunicações, se encontrava sem qualquer auxílio do exterior. Nem mesmo assim o Capitão-Mor de Cochim se intimidou, e como resultado da sua valentia e astúcia, os agressores foram repelidos e fizeram Duarte Pacheco Pereira merecedor do Rei de Cochim, em jeito de recompensa, «um escudo vermelho por sinal do muito sangue que derramou dos de Calicut * nesta guerra, e dentro nele cinco coroas em quina por cinco reis que nela desbaratou», para além de terras e riquezas que o Monarca lhe ofereceu e o capitão recusou.

Com o andar do tempo foi D. Manuel tendo as informações exactas sobre a marcha dos acontecimentos no Índico, e foi necessário repensar toda a estratégia. Se por um lado Cochim, Angediva, Coulão e Cananor eram pontos fundamentais na organização militar, tal não acontecia já em relação ao escoamento das tão cobiçadas especiarias.

Era fundamental não confundir as praças militares e as feitorias com os pontos estratégicos do Índico por onde se escoavam as mercadorias em direcção a Damasco, Alexandria e Beirute.

Calecut redobrava a intensidade dos ataques ao comércio português, desta feita apoiado pelos árabes, virtuais perdedores se esses pontos de fuga fossem selados; tal situação levou D. Manuel a pensar que o monopólio seria talvez a melhor solução. Não estava em causa dominar o estado indiano ou outros estados semelhantes, até porque os custos seriam elevadíssimos e muitíssimo desproporcionais aos resultados, já que a hostilidade por parte dos portugueses poderia unir objectivamente aliados que anteriormente não tinham corpo político comum e eram bastas vezes rivais. Pretendia-se, isso sim, dominar os pontos de escoamento dos produtos do Índico, secando assim as rotas dos árabes e conseguindo efectivamente o monopólio que daria aos portugueses o total domínio daquelas paragens.

Na sequência desta política tornara-se imperioso fiscalizar a navegação do mar Vermelho para impedir o comércio de especiarias entre o Malabar e os mercados de Alexandria.

---

* O mesmo que Calecut.

No entanto tal domínio nunca chegou a acontecer, devido fundamentalmente à falta de meios militares, e assim se explica o abandono da ilha de Socotorá, em 1512, que fora descoberta em 1503 por Vicente Sodré, e que se pensara poder servir como base de apoio militar nas lides da costa meridional da Arábia *.

Acrescente-se que no ano de 1505 uma nova força crescia no Índico: a Pérsia, que era declarada inimiga do Islão Sunita ou ortodoxo e guerreava os árabes e os otomanos.

Ainda pensou D. Manuel cimentar uma aliança com o Soberano Châ Isma'il, fundador da dinastia Safárida, mas tal ideia veio na prática a fracassar e deste modo em vez de reduzir o número e qualidade dos potenciais inimigos, Portugal contava agora, sob a espada de Francisco de Almeida, com uma força hostil que se nos opunha e de onde sobressaíam o Sultão do Egipto, o Rei de Calecut e outros reinos do Malabar. Apoiados pelo Egipto, alguns estados indianos que primeiro timoratamente se opunham aos portugueses, ganharam alento e passaram a não esconder as suas intenções; em consequência disso, Lourenço de Almeida, filho do Vice-Rei, foi atacado em Janeiro de 1508 por uma esquadra inimiga, acabando por contar-se ele próprio entre os cem mortos, enquanto os outros só a muito custo puderam chegar vivos a Cochim. Rápida e oportunamente, Francisco de Almeida reuniu dezanove navios e mil e seiscentos homens e arrasou o porto de Dabul em Cambaia, e sabendo que a frota do capitão egípcio Mir Hocem, assim como a do Rei de Guzarate estavam ancoradas em Diu, atacou-as, conseguindo memorável victória, restabelecendo assim a 2 de Fevereiro de 1509, a superioridade naval dos portugueses. Francisco de Almeida tinha, em 1508, sob a espada de Diogo Lopes de Sequeira, intenção de conquistar Malaca (que se revelaria fundamental nas lides do extremo oriente, como adiante veremos), mas o ano de 1508 que se não tinha mostrado favorável aos portugueses, não foi excepção nessa ocasião e a tentativa é malograda.

Entretanto morre o Vice-Rei a 1 de Dezembro de 1509 e sucede-lhe Afonso de Albuquerque.

Afonso de Albuquerque serviu em África na praça de Arzila onde deu mostras do seu valor guerreiro, foi estribeiro-mor de D. João II e tornou-se mais conhecido e respeitado aquando da sua ida para o Oriente como capitão-mor em 1503.

Em Cochim mandou levantar uma fortaleza e estabeleceu uma aliança com o reino de Coulão.

---

* Acrescente-se, porque fundamental, a tentativa malograda de Albuquerque da conquista de Adém, que fecharia as portas de saída do Índico para o Mediterrâneo.

D. Manuel mandou-o de novo à Índia em 1506, para suceder a D. Francisco de Almeida em 1508, data do fim do seu mandato como Vice-Rei. Neste entretanto dominou a cidade de Ormuz e segundo o historiador Jean Aubin, obrigou-a a pagar tributo, facto que abrilhantou o seu título de Capitão-Mor do mar da Arábia.

Afonso de Albuquerque foi, em certo sentido, um continuador de Francisco de Almeida. E pôde sê-lo porque o acaso, ou não, fez convergir nele a perícia em arte naval, a estratégia e o brilhante administrador. Enquanto Francisco de Almeida se contentou com o domínio dos mares, Afonso de Albuquerque teve a percepção que só dominando efectivamente pela força determinados pontos nevrálgicos, podia aspirar ao controle dos mares e do comércio.

Segundo Jaime Cortesão, Albuquerque soube visionar «os pontos cardeais do domínio português do Oriente».

Em primeiro lugar, o Vice-Rei tentou encontrar uma capital que permitisse coordenar o comércio, a conquista e a navegação. Decidiu-se por Goa, conquistada à segunda tentativa a 25 de Novembro de 1510, território que pertencia ao reino de Bijapur e tinha como soberano Adil-Khan, também conhecido por Idalcão.

Apesar do seu estatuto administrativo, Goa acabou, com o tempo, por suplantar o entreposto de Calecut, desviando assim o ponto de gravitação do comércio, permitindo até o tráfico de cavalos de raça persa muito apreciados no Malabar. Goa continuou a crescer um pouco à imagem da metrópole, mas era necessário vigiar os tais pontos de saída e entrada do oceano Índico, o Golfo Pérsico, o mar Vermelho e o mar da China, a leste, também enorme manancial que importava conhecer melhor e dominar. Assim, no ano de 1511 era conquistada Malaca que, no dizer de Charles Boxer *, «era também a base naval que controlava o gargalo entre o Índico, o mar de Java e o mar da China meridional, porquanto a rota alternativa, através dos estreitos de Sunda (Sonda), era raramente utilizada».

Malaca era um centro distribuidor de especiarias de tal forma importante que o seu governador, o Sultão, ainda tentou o apoio do Imperador da China que por sua vez ordenou ao Rei do Sião que combatesse Afonso de Albuquerque, o que aquele não fez por ser inimigo de Malaca. Pelo contrário, foram, isso sim, estabelecidos contactos entre Portugal e o Sião, ao mesmo tempo que António de Abreu e Francisco Serrão viajavam, por ordem do Vice-Rei, respectivamente até às ilhas de Banda e Ternate.

---

* O capitão Charles Ralph Boxer, nascido a 8 de Maio de 1904, foi professor de estudos camonianos e de português no King's College em Londres, e possui uma obra vastíssima de investigação sobre o oriente em geral, e sobre a presença portuguesa naquela região ao longo do tempo, em particular.

Foi numa destas viagens que os portugueses atingiram Timor.

Malaca era o mais importante entreposto comercial do extremo oriente; aí afluiam as especiarias e a madeira de sândalo, provenientes das ilhas do oceano Pacífico e da Insulíndia, algumas vezes através de Singapura, situada no extremo sueste do estreito de Malaca. E, quando Afonso de Albuquerque manda os seus capitães, sabe da importância do entreposto, sem dúvida, mas sabe também que a noz-moscada vem do arquipélago de Banda, a cânfora de Bornéu, o benjoim de Samatra e o sândalo de Timor. Por isto parte em Dezembro de 1511 uma frota de duas naus e uma caravela para os longínquos arquipélagos do oriente, afastados de Malaca cerca de 3 mil kilómetros.

António de Abreu, capitão-mor da frota, comandava a nau «Santa Catarina» e a caravela era capitaneada por Simão Afonso. Ao todo eram cerca de cento e vinte homens, entre eles alguns experimentados navegantes malaios e chineses conhecedores da rota oriental. Fizeram uma primeira paragem na ilha de Java, na antiga cidade de Agacim; daqui partiram para o arquipélago de Banda, navegando a norte das ilhas que se sucedem à de Java, das quais Timor é a maior.

Na ilha de Lomboque desencadeia-se um forte temporal que faz naufragar a nau «Sabaia» capitaneada por Francisco Serrão, mas a equipagem salva-se. A frota assim desfalcada chega à ilha de Banda, procede ao reconhecimento do arquipélago e dirige-se para as Malucas, onde novo temporal divide a frota à vista da ilha de Amboino. O capitão-mor volta a Banda e espera aí o bom tempo. Devido às más condições da embarcação e ao facto de os seus companheiros não regressarem, decide voltar a Malaca, onde chega em 1513, mais de um ano após a partida.

Entretanto Francisco Serrão naufragara e navegava num junco comprado em Banda, indo aportar a uma das ilhas Malucas onde, após um período de dez anos em que aí viveu, vem a ser morto pelo Rei local.

Descoberta

Timor supõe-se ter sido descoberto em 1512 na viagem de retorno de António de Abreu; pelo menos são variados os indícios nesse sentido, que nos escusamos a adiantar aqui.

Curiosamente, em 1512 aportaria em Timor a nau «Vitória», da frota de Fernão de Magalhães. Muito devem ter contribuido para tal facto, nem sequer casual, as informações de Francisco Serrão sobre a posição das Malucas (Molucas).

O reconhecimento de Timor só mais tarde se vem a efectuar e fica a princípio limitado à costa norte. Apesar de representada em 1513-14 no Atlas de Francisco Rodrigues, só cerca de 20 anos mais tarde a ilha aparece nas cartas portuguesas com a sua configuração real completa. Também em 1514 Rui de Brito refere, por carta, a ilha a D. Manuel I, mas assalta-nos a dúvida se estaria o autor a falar do já conhecido ou do imediatamente desejável.

Situação geográfica e definição jurídica

Timor faz geograficamente parte do maior arquipélago do mundo, conhecido em tempos por Insulíndia ou arquipélago Malaio, e a que Shultz em 1921, à semelhança da Melanésia, Micronésia e Polinésia, convencionou chamar Indonésia, designação essa que em 1946 passou a revestir significado político por ter sido adoptada pela república ali recém formada.

É a ilha mais a leste do arquipélago de Sunda o que a torna a mais próxima da Austrália, donde dista cerca de 430 kilómetros.

Situa-se na Oceania, entre os 18 graus e 17 minutos e 10 graus e 22 minutos de latitude sul e os 123 graus e 25 minutos e 127 graus e 19 minutos de longitude este de Greenwich, e tem uma forma elipsoidal, sendo atravessada longitudinalmente por uma cadeia de montanhas.

O território juridicamente português compreende a parte leste da ilha com cerca de 17 900 km^2, o enclave de Oé-Cussi com 850 km^2, a ilha de Ataúro com 144 Km^2 e o ilhéu de Jaco com 5 km^2, o que prefaz cerca de 18 899 km^2. Timor é banhado a norte pelo mar de Banda — o mar-mulher, e a sul pelo mar da Austrália — o mar-homem, segundo as expressivas designações dos timorenses: mar-mulher por estar quase sempre calmo, mar-homem por normalmente se mostrar agitado!

Os limites terrestres foram estabelecidos pelo tratado com a Holanda de 20 de Abril de 1859, a que se seguiu o convénio de 10 de Junho de 1893 que suprimiu alguns enclaves. Pela convenção Luso-Holandesa de Haia de 7 de Outubro de 1904 foi a ratificação legalizada. A delimitação do enclave de Oé-Cussi foi submetida à arbitragem do governo suíço que se pronunciou por sentença de 25 de Julho de 1914.

A chegada dos portugueses a Timor e a consequente aculturação vieram alterar profundamente o calendário histórico dos indígenas; é que, de repente, os timorenses, que não conheciam a escrita, passaram da pré-história para a história. Conheciam, sim, os metais e possuiam uma ligeiríssima indústria artesanal; mas o seu mundo estava limitado a duas confederações de reinos que se degladiavam como anteriormente os seus antepassados se tinham guerreado, e que a tradição oral ia mantendo na memória para que, ao não se apagar o passado, não se hipotecasse o futuro.

A palavra Timor significa, em malaio, nascente ou oriente, e é muito provável que de Oeste aí tenham chegado, numa ou em várias ondas migratórias, os malaios.

Mas não é menos verdade que os contactos não devem ter passado das zonas do litoral — mantendo-se o interior da ilha mais distante dessa aculturação — e terem-se restringido a relações comerciais traduzidas nos usos e nos costumes, tal como os jogos de azar, lutas de galos, uso de lenço nos homens, utensílios de pesca, construção dos PRÓ (barco de pesca), dos CORACÓRAS (barco de tráfego na costa e ilhas vizinhas), canções de marinheiros, dialecto Tocodé cuja semelhança, sonoridade e significado dos termos fazem supor uma corrupção do próprio malaio.

O próprio nome MALAI, que significa estrangeiro em todos os dialectos timorenses, demonstra muito provavelmente que os primeiros estrangeiros foram exactamente os malaios.

No fim do século XIII e princípios do século XIV Timor estava dominado pelo reino Indo-Javanês de Majapait. O Rei Angha Vigaya submetera aos seus desígnios parte da Samatra, Timor, Ternate e Luzon. Por volta de 1478, porém, o reino de Majapait foi destruído pelos malaios, já então convertidos ao islamismo, e em sua posse ficou Timor. A forma de governo dos malaios operava-se através de sultanatos, a que a chegada dos portugueses ao Oriente, e mais concretamente a tomada de Malaca por estes, pôs fim, terminando também o período malaio.

À data da descoberta de Timor pelos portugueses para o Ocidente, este território devia estar sob o domínio das Celebes. É provável que os portugueses — prosseguindo a sua política de alianças — se tenham juntado aos timorenses contra o Rei de Macassar e também em seu auxílio contra os piratas que os vendiam como escravos nas terras do Sião.

A partir de 1514 Timor passou a ser visitado por navios portugueses, assim como a ilha de Sólòr, a 40 léguas de Timor, onde António de Abreu na demanda das Malucas deixara os primeiros missionários, e passou a ser natural trazer-se panos de algodão e objectos metálicos como facas, espadas e machados, levando em troca sândalo, mel e cera. Há mesmo notícia que a partir da segunda metade do século XVI se realizavam carreiras regulares, não só de Malaca mas também de Macau, visto ser a China o principal consumidor de sândalo.

Mas, assim como os malaios, os contactos destes homens, os comerciantes, não traduzem nenhum enraizamento, nenhum contacto permanente, nenhuma vontade de criar relações de dependência entre uns e outros. Foi, pois, o franciscano Frei António Taveira, em 1556 ou 57, o primeiro homem a fixar-se em Timor e aí converter numerosos nativos, facto que talvez explique ainda hoje a profunda devoção cristã dessas gentes, pois foram missionários e não comerciantes a atrair Timor à esfera da soberania portuguesa e a promover o enraizamento da presença portuguesa na ilha.

Timor dependia desde o seu descobrimento do governo da Índia, vindo só mais tarde a depender de Macau e mais tarde ainda a depender de si mesmo. Ao vice-rei competia a nomeação do governador que então se designava Capitão-Mor de Sólòr e Timor. Sólòr constituíra, até à data da nomeação do primeiro capitão-mor, um governo em que os franciscanos desembarcados das caravelas de António de Abreu assumiram automaticamente os poderes espiritual e temporal. Vieram de seguida, em 1561, 4 dominicanos enviados de Malaca pelo primeiro Bispo daquela cidade, Frei Jorge de Santa Luzia, e de entre eles destaca-se o superior Frei António da Cruz. Sólòr foi o ponto de partida de toda a missionação, que dali irradiou sistematicamente para as ilhas de Adunara, Flores, Savu e Timor. Para defender o seu convento de Sólòr dos mouros Jaus e Macaçares, os dominicanos construiram um forte e durante algum tempo foram esses mesmos religiosos que escolheram, à falta de nomeação oficial, o capitão que os defendesse.

Então, em 1586, é solicitado ao Vice-Rei D. Duarte de Meneses a nomeação de um capitão-mor que auxilie os dominicanos na defesa dos seus interesses, visto crescerem as ameaças externas.

Os ditos comerciantes de que atrás se falou coexistiram, é um facto, com a missão religiosa que levou também determinados homens de Fé até a essas longínquas paragens. Mas voltemos um pouco atrás para, mais em pormenor, tomarmos conhecimento dessas vicissitudes.

Os primeiros comerciantes portugueses a fixarem-se em Timor, na peugada dos primeiros missionários, fizeram-no em Oé-Cussi, a oeste da baía de Mêma, autorizados pelo Léo-May de Ambenu, súbdito do Grande Estado de Servião. Fundaram aí uma feitoria comercial que num relativo curto espaço de tempo ganha forma política. Fundam Lifau, após a queda de Kupang (Cupão) em 1652 à mão dos holandeses, que será a capital da colónia até 1769, data em que, por razões que veremos mais adiante, esta passa para Dili. Sobressai no início deste período de colonização um homem chamado Costa, pois ele era não só comerciante de sândalo, como detinha também os meios necessários à sua defesa, o que constituía excelente moeda de troca para o seu comércio, visto que podia dar protecção em troca de bens, favores e influências. Desta forma, Costa consegue levar os seus barcos até à ponta leste da ilha e funda feitorias em Mânu-Tútu e Baucau. Entretanto Costa envelhece e por essa altura conhece um desertor holandês chamado Hornay que vivia em Sólòr (o centro religioso português mais importante a sul do equador) e aproveitando a sua chegada a Timor em 1613, ano em que os holandeses destroem a fortaleza de Sólòr — lembremo-nos que Hornay era um desertor — divide com ele o mando do novo estado já que ambos detinham verdadeiramente o poder naquele território em detrimento dos capitães-mores nomeados oficialmente.

E assim era, como os factos o comprovam, pois são estes «capitães-mores privados» que mantêm a guerra contra holandeses, ingleses e malaios, contando também com o apoio dos régulos cristianizados, súbditos do Rei de Portugal, e que à falta de apoio da armada da Índia vão subsistindo, o mesmo não acontecendo com Malaca, que, pelas mesmas razões mas sem auxílio, cai em 1640.

Mercê deste desiderato, consegue António Hornay captar a estima de Francisco Vieira de Figueiredo, Governador Geral de todas as posses a sul do equador, e obtém do Vice-Rei da Índia, António de Melo e Castro, em 1666, a patente de Capitão-Mor de Timor. Mas a má governação deste, despótico e pouco preocupado com os seus governados, leva Mateus da Costa a comandar uma revolta e a expulsar Hornay para a ilha das Flores, intitulando-se ele próprio Capitão-Mor de Timor, e informando do sucedido o governo de Goa. Entretanto António Hornay organiza uma força, desembarca em Timor e retoma o lugar de Capitão-Mor.

Em 1671 o Vice-Rei da Índia, Conde do Lavradio, nomeia Capitão-Mor João Antunes Portugal, mas Hornay não o deixa desembarcar, alegando que a ilha deve ser governada pelos seus habitantes, e finalmente no governo do Conde de Alvor (1681-1686) consegue a confirmação oficial para o lugar que usurpara. Baseava-se esta atitude na real valia de Hornay como defensor da ilha contra os inimigos, e a conselho dos próprios dominicanos, o Vice-Rei D. Rodrigo da Costa (1686-1690) honra-o com a patente de Capitão-General. Hornay morre em 1696 legando a seu irmão Francisco Hornay e a Domingos da Costa os seus haveres e mando. O governo da Índia nomeia Capitão-Mor António Mesquita Pimentel, que desembarca em Oé-Cussi perante a alegria dos nativos que viviam há largos anos sob o despotismo dos Hornay. Mas António Mesquita Pimentel enferma dos mesmos vícios e o governo da Índia depõe-no e prende-o. Porém, Domingos da Costa organiza uma revolta e impede que André Coelho Vieira, nomeado em 1698 substituto de Pimentel, se mantenha no território.

Só em 1702 António Coelho Ribeiro consegue tomar posse do cargo e organizar civil, judicial e militarmente o território, integrando os régulos na estrutura administrativa portuguesa, mediante a atribuição de uma patente de oficial em consonância com o seu estatuto autóctone. Deu a um deles os galões de tenente-general e confiou-lhe o comando dos arraiais de tropas fornecidas pelos diversos reinos, e cada reino passou a pagar um tributo — chamado FINTA — à coroa portuguesa.

A história de Timor é toda ela agitada por guerras e revoltas. Parte delas internas, que opõem a população aos seus administradores e governantes, alguns deles mais preocupados com o provento próprio que em servir, mas há que não minimizar a latente animosidade, ou mais que isso, entre o grande reino de Servião e o reino dos Belos. Desta forma, por meados do século XVIII, os holandeses, expulsos definitivamente os portugueses de Kupang na época dos Hornay, dominam todo o reino de Servião à excepção do enclave de Oé-Cussi Ambeno, que escolhera a suserania portuguesa; assim, com pretexto de combater o reino vizinho dos Belos, que corresponde a Timor Leste, conseguem os holandeses fomentar através dos reinos que dominavam, uma permanente tensão que visava por em causa a autoridade portuguesa na metade da ilha. E assim se compreende que o governador Teles de Mascarenhas se veja obrigado a transferir em 1769 a capital de Lifau para Dili, na província dos Belos, que permaneceu sempre fiel.

Nasce de todo este estado de guerra latente, que se prolonga até 1918 com a ocupação holandesa de Atapupu, uma noção muito nítida entre o amigo e o inimigo, à qual não é estranho o culto da bandeira portuguesa, instrumento novo, introduzido no culto totémico muito antigo e mentalidade animista, mas do qual falaremos noutra ocasião.

Curiosamente, deve-se a José Maria Marques, nomeado por D. Miguel em 1834, o início da urbanização de Dili e uma reorganização administrativa. Em 1844 Macau e Timor foram separados do governo da Índia, tornando-se Timor distrito de Macau. Em 1851 o governador Lopes de Lima negociou directamente com os holandeses a cedência dos estabelecimentos portugueses de Sólòr e Flores, em troca do enclave de Maubara e 200 000 florins em dinheiro.

Deve-se ao governador Afonso de Castro o primeiro estudo histórico sobre a província e a sua reorganização administrativa, e a fundação de um colégio para os filhos dos régulos.

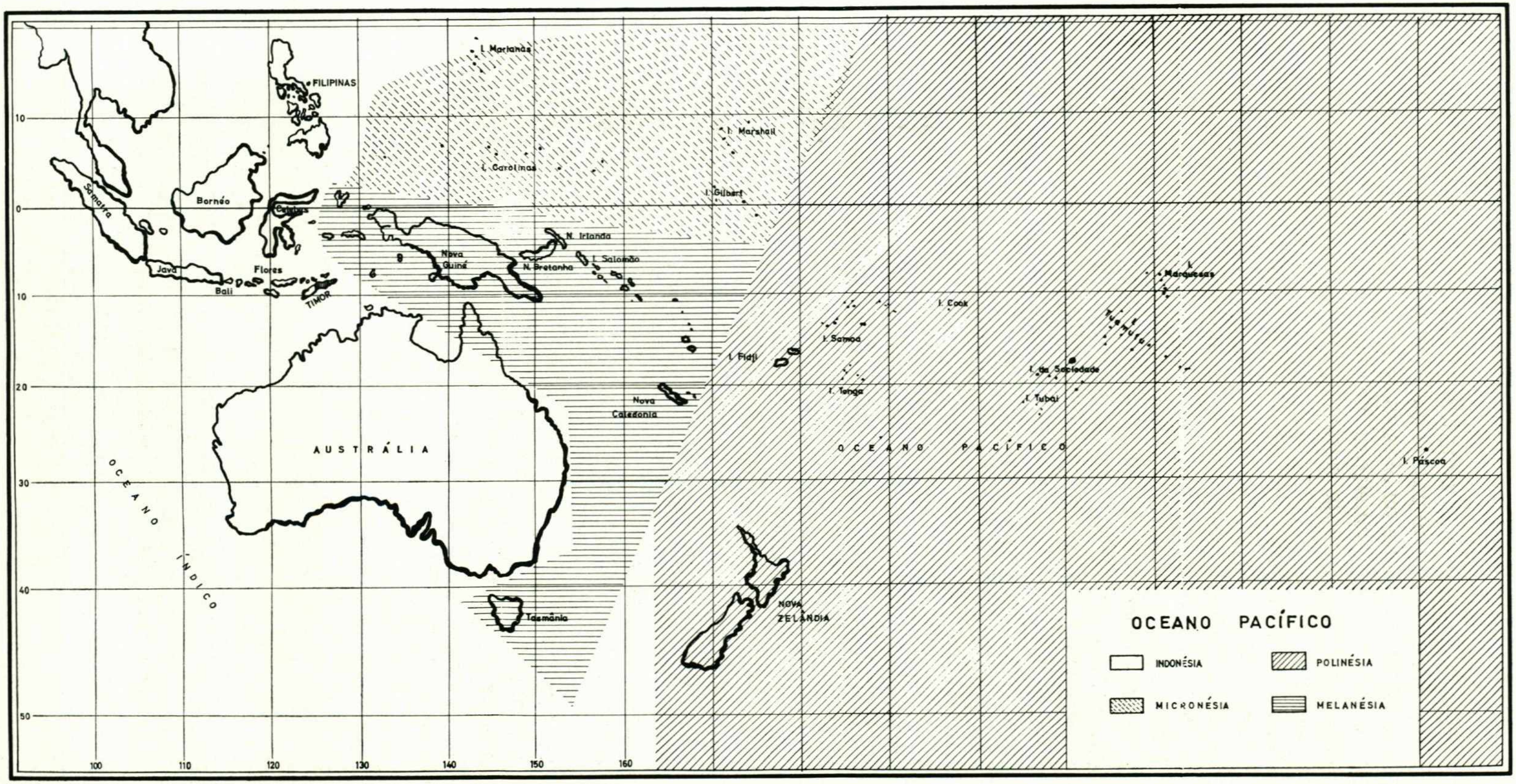
Em 1894 Timor foi definitivamente desligado de Macau e El-Rei D. Carlos escolheu para o governar o Major Celestino da Silva (1894-1908). Celestino da Silva foi o responsável pelas campanhas de pacificação e estabeleceu no interior uma rede de postos militares que mais tarde deram lugar a postos administrativos. Tratava-se, efectivamente, de uma superestructura que se sobrepôs à sociedade tradicional sem a alterar nem confundir. O chefe do posto tornou-se um suserano do régulo, assim como o régulo o era do chefe de suco*. Desta forma, tornou-se o régulo um elemento de articulação entre a sociedade tradicional e a administração portuguesa.

Aproveitando as convulsões resultantes da implantação da República em Portugal, em 1910, de novo os holandeses incitaram as populações à revolta, mas tal não teve sequência, visto não se encontrar substrato válido que as motivasse.

Em 1941, apesar dos protestos do governo português, Timor é invadido por tropas holandesas e australianas argumentando da necessidade estratégica do território. Esta atitude foi a gota de água para que os japoneses invadissem o território brutalmente em Fevereiro de 1942. A invasão deixou Timor coberto de ruínas e milhares de timorenses foram mortos, pagando com a vida a fidelidade à bandeira portuguesa, contando-se entre esses os heróicos régulos D. Aleixo Corte-Real e D. Jeremias de Luca, dos quais nos ocuparemos noutra ocasião. O Governador ficou prisioneiro no seu palácio de Lahane e os europeus retidos num campo de prisioneiros em Liquiçá. Alguns, neste entretanto, viram a ocasião propícia para selar vinganças e ódios antigos e levar a cabo pilhagens e destruição; chamavam-se a estes grupos «colunas negras» e houve quem visse nesta atitude uma, ainda que ténue, manifestação de independentismo. Só que a realidade foi outra: enquanto que em Java, território holandês, a ocupação japonesa serviu como ponto de partida para a proclamação da independência sob a bandeira indonésia, em Timor a população apressou-se a libertar os prisioneiros e repor a administração portuguesa. Foram 3 anos e meio de sacrifícios, mas a vida tinha voltado à normalidade.

---

* Divisão tradicional do reino, espécie de distrito.


I. Marianas
FILIPINAS
I. Marshall
I. Carolinas
I. Gilbert
Bornéo
Celebes
Samatra
Java
Bali
Flores
TIMOR
Nova Guiné
N. Irlanda
N. Bretanha
I. Salomão
I. Marquesas
I. Cook
Tuamotu
I. Samoa
I. Fidji
I. da Sociedade
I. Tonga
I. Tubai
Nova Caledonia
AUSTRÁLIA
OCEANO PACÍFICO
I. Páscoa
OCEANO ÍNDICO
Tasmânia
NOVA ZELÂNDIA
OCEANO PACÍFICO
INDONÉSIA
POLINÉSIA
MICRONÉSIA
MELANÉSIA
10
0
10
20
30
40
50
100
110
120
130
140
150
160

TIMOR — Localização geográfica

Comentário

Apenas sobressaltada com o início da guerra no ultramar português, e demonstrando também nessa altura grande patriotismo *, só em Abril de 1974 se viu de novo a população de Timor confrontada com algum bulício, mergulhada que estava numa vida calma e rotineira que caracterizava contemporaneamente aquele território. Dá-se o golpe militar em Lisboa e, confrontado com essa realidade, tem o governador de Timor, Alves Aldeia, a ousadia de querer continuá-lo português. Mas os ventos eram outros e estava aberta a porta do calvário de que tanto emotivamente se fala e tão pouco porventura se conhece.

Timor ainda é juridicamente território português. E esta é, ainda mercê da marcha dos acontecimentos, uma espinha encravada em muitas gargantas portuguesas, pois mais fácil e cómodo seria que o prazo da efectiva jurisdição tivesse prescrito. Desta forma, algumas consciências estariam «juridicamente» desligadas daquele incómodo apêndice e não seria necessário o artigo 293.º da Constituição, tão iníquo quanto inóquo e que assim reza:

Artigo 293.º

(Autodeterminação e independência de Timor Leste)

1. Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à autodeterminação e à independência de Timor Leste.
2. Compete ao Presidente da República e ao Governo praticar todos os actos necessários à realização dos objectivos expressos no número anterior.

---

* Demonstrado através da apresentação, ao governador da província, de antigos alunos das missões, prontos a lutar por Portugal onde quer que seja, tendo sido recrutados imediata e voluntariamente, em Atsade, 5 mil homens «prontos a embarcar à primeira voz».

A História de tão rara fidelidade a Portugal não foi sequer suficiente para que um possível parágrafo do referido artigo — hoje em terceira versão — contemplasse a possibilidade de, por vontade dos timorenses, Timor continuar português. Aos que argumentam dessa real impossibilidade mercê da situação actual, poder-se-á contra argumentar, da mesma forma, a impossibilidade da autodeterminação. A verdade é que a hipótese de Timor continuar português, de não querer ser «descolonizado», como na altura se acabou por concluir, veio alterar a teoria que foi dogma noutros continentes. Daí a criação antinatura dos partidos, que, da forma como foi levada a cabo, conseguiu nem sequer serenar os ânimos pois não era essa uma exigência por parte dos timorenses mas, e ao invés, fomentar do exterior a destruição do território e criar as condições necessárias para que a Indonésia ao invadi-lo pudesse argumentar que não toleraria junto da sua esquadra um navio de amotinados. Tivesse Portugal primeiramente e em devida altura consultado os timorenses quanto ao seu futuro, talvez não tivesse havido necessidade de passar à segunda fase — que foi a criação artificial dos partidos e na realidade a única fase existente — e desta forma retirar à Indonésia argumentos para a sua acção, e a nós portugueses a evocação da autodeterminação como panaceia, do corpo para os que lá ficaram, da consciência para os que por cá tentam, ou nem sequer, limpar a face.

ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS

Introdução

Assalta-nos a dúvida — pior que isso surge-nos uma quase certeza — se nas linhas que se vão seguir não iremos falar de uma realidade que já foi, e que os últimos anos se encarregaram de transformar definitivamente, e que pode, na medida do possível, ser apenas reconstituída nas peças que sobraram — e nem sequer recreada — em sala de museu.

Porventura aquele Timor que vivia em equilíbrio estável já não existe; talvez sobreviva no coração de muitos timorenses mas na prática não se possa exprimir; todos aqueles ritos, mitos e práticas religiosas, alguns deles reinventados através da fusão de duas culturas — a timorense e a portuguesa — que traduziam uma forma própria de estar encravada entre a Austrália e a Insulíndia, tenham também, mercê das circunstâncias, desaparecido definitivamente.

No entanto, achamos não ser vaidade, mas, pelo contrário, uma obrigação moral, falar de uma terra e de um povo que ao longo de quase 500 anos não abdicou de ser português, arrostando os maiores sacrifícios, muitas vezes acarretando a dúvida da sua própria sobrevivência.

Os seus heróis — em boa verdade, os nossos heróis, pois agiram também em nome de Portugal — foram, a espaços, demonstrando inequivocamente de que lado estavam face à cobiça alheia.

O Homem timorense foi sobrevivendo às alterações fruto da coexistência entre os homens, nem sempre pacífica, e superou e digeriu culturalmente a própria chegada dos portugueses, que o guindou, de um salto, da Pré-História para o palco da História. Sobreviveu à introdução dos inventos em maior ou menor escala, enfim, aos tempos modernos.

Terra habituada a ser cobiçada, apenas sucumbiu ao esquecimento e ao abandono, por parte de quem menos esperava e merecia, e que por lá porventura tenha deixado «algum presente envenenado».

Organização social

Timor oriental — Timor português — também chamado originariamente Província dos Belos, formava uma confederação de chefaturas sob a hegemonia do Régulo Bé-Hali, destacando-se o predomínio dos «Datos Belos», aristocracia de língua Tétum.

Assim, quando os portugueses chegaram a Timor no primeiro quartel do século XVI, depararam com um povo que vivia na Pré-História, com um nível civilizacional muito comparável ao dos povos * que no 1.º milénio A. C. habitaram a Península Ibérica, comparação esta que, embora tão distante no espaço, pretende apenas dar uma melhor noção dessa realidade.

Os vários reinos, independentes entre si, uns aliados outros guerreando-se, procuravam essencialmente nessas guerras, além da expansão territorial e do prestígio, a captura de escravos, ainda que estes fossem, com o andar do tempo, ganhando um estatuto diferente no seio das famílias a que pertenciam.

No entanto, a organização política é, ainda hoje, bastante idêntica de reino para reino, divididos estes em SUCUS (SUCO), espécie de distrito, e este em pequenas povoações (LEO ou CNUA). A autoridade suprema é constituída pelo Régulo (LIU-RAI), que nos distritos (SUCUS) tem os seus representantes (DATOS), homens da sua inteira confiança. Os «Datos» transmitem as ordens dos Régulos aos chefes de povoação, chamados CATUAS, normalmente anciãos, que são agentes directos da autoridade junto do povo.

É certo que a cultura timorense, ou mais exactamente a cultura luso-timorense, não é um fenómeno homogéneo nem estático. E nem outra coisa seria de esperar, pois para além da existência de variadas etnias, o grau de aculturação, no fundo a maior ou menor permeabilidade de cada subcultura, é distinto de grupo para grupo, para além de existir uma maior permuta de traços culturais nos meios urbanos, no litoral e entre a nobreza tradicional. Sendo assim, o poder dos régulos que em tempos foi absoluto, podendo

---

* Entre outros, celtas, iberos, vasconsos, astures, lusitanos, etc.

estes dispor dos bens e das pessoas — embora a condenação à morte estivesse regulada pelo Direito costumeiro e determinados usos, e não pela exclusiva vontade do senhor — foi com o andar do tempo e a convivência com os portugueses, mormente os religiosos, ganhando novos contornos, de certo modo dulcificado mas não desprestigiado.

O Régulo tem sucessão directa. Em caso de poligamia, permitida pelo direito costumeiro desde que o marido possa realmente sustentar as suas mulheres, e fortemente combatida pela igreja católica, só os filhos da primeira mulher são considerados de estirpe real, e como tal, candidatos ao lugar do seu progenitor. No caso de não haver descendência da primeira mulher, são os irmãos ou primos do régulo, também de estirpe real, que lhe sucedem e asseguram a descendência.

O Dato recebe ordens do Régulo, quer sejam elas respeitantes à vida dos indígenas, quer emanem das autoridades portuguesas. O termo «Dato» tem caído em desuso e tem sido substituído pelo de «Chefe de Suco».

Os «Catuas», chefes de povoação, são normalmente homens de grande sabedoria, sendo muitas vezes os próprios LIA-NA'IM ou seja, em dialeto TÉTUM, os mestres da palavra, e por isso outorgam-se-lhes lugares de grande destaque visto serem normalmente anciãos. Mais recentemente têm vindo a ser substituídos nas tarefas funcionais por homens mais novos, e daí que o termo CATUA esteja também a morrer, em favor do vulgar «chefe de povoação».

Segundo certos autores, existe uma classe social nobre, que, embora não se integre teoricamente no sistema de castas indiano, tem com ele algumas afinidades. Esta classe nobre, intimamente ligada às famílias reais, sob a designação de «Sangue de Pate», expressão deturpada do malaio «Sang Adhipaty», que se traduz por Senhor, Soberano — título honorífico de reis e príncipes — alberga os AÇUA'IN, os heróis da guerra, que apresentam algumas semelhanças com a casta guerreira indiana, os K'XATRIAS. Os BADAIS, como são conhecidos os artífices — classe timorense perfeitamente balizada devido ao seu estatuto e nível de vida ligeiramente superiores ao resto da população, para além do privilégio de transmitirem o ofício aos descendentes — fazem lembrar os VAIXAS, que não são nada mais nada menos que os artífices, no sistema de castas indiano. É claro que no sistema de castas a mobilidade é dificilmente ascensional, e que entre elas existem barreiras que as tornam praticamente estanques; no entanto, não nos esqueçamos que estes resquícios do referido sistema podem, em Timor, estar representados na mesma percentagem que as influências védica e indostânica, e que o tempo e a distância se encarregaram de esbater. E se o problema não fica esclarecido, pode dar alguma ideia da organização social timorense num passado mais ou menos remoto.

Os escravos, a que já nos referimos, que em tempos eram designados por ATA, têm hoje a sua denominação alargada a qualquer serviçal, empregado na guarda de rebanhos ou exercendo outra qualquer profissão.

A organização familiar tem sido desde sempre segundo moldes patriarcais, de descendência patrilinear, na grande maioria dos casos. No entanto, alguns autores encontraram em Timor estratos culturais muito remotos, entre os quais avulta uma cultura neo-matriarcal. Chamou-se Melanésica (provavelmente por influência dos povos negros de África, onde as culturas e linhagens matrilineares existem com alguma frequência) a esta cultura neo-matriarcal, mas a designação foi abandonada, visto que, para além de certas formas muito primitivas, como os Negritos, Vedas, Australianos e Tasmanianos, nenhum elemento antropológico parece poder reivindicar o exclusivo da cultura neo-matriarcal.

No entanto, tal não passa de uma excepção, e o vulgar é a instituição familiar ser organizada segundo moldes patriarcais, com obrigação de contratos rescindíveis e liberdades poligâmicas no matrimónio gentílico.

Ao contrato matrimonial chamam os autóctones BARLAQUE, palavra que também designa as oferendas que o noivo faz ao pai da noiva. Em determinadas regiões os jovens casais só deixam a casa paterna quando o marido acabou de pagar o Barlaque. No caso de dissolução matrimonial, as oferendas — que o pai da noiva também dá, em jeito de dote simbólico — terão de ser mutuamente restituídas. Conta-se que o heróico Régulo D. Aleixo Corte-Real, sendo advertido do dispêndio que fazia ao casar o seu filho com a representante da casa real de Ossu, terá respondido:

«Se o MATE-BIAN * é grande, o TATA-MAI-LAU ** ainda é maior !». Só que o MATE-BIAN situa-se em terras de OSSU, e o TATA-MAI-LAU em terras do SURO, que D. Aleixo cobriu de glória.

Para além das ligações familiares, entre os usos e costumes existem outros tipos de liames entre os indivíduos e entre os grupos, destacando-se o «pacto de sangue». Normalmente celebrado entre dois ou mais reinos que se coligavam, habitualmente com fins guerreiros, a cerimónia era presidida por um feiticeiro, em lugar escondido, para manter secreta a coligação. O ritual previa um festim onde todos os representantes misturavam o seu próprio sangue com uma bebida ou com o sangue de um animal simbólico, e bebiam-no em seguida, como sinal de aliança mútua para a vida e para a morte. Muitos capitães portugueses tiveram que praticar este ritual, tal a importância do mesmo para os povos timorenses que se consideravam súbditos de Portugal.

---

* A segunda mais alta montanha de Timor.

** A mais alta, e mais conhecida por pico do Ramelau.

Pré-História e povoamento

Recuando ao estudo da Pré-História, surgem-nos imediatamente duas teorias que se opõem e pretendem encontrar origens diferentes para o povoamento de Timor: uma, considera os seus habitantes provenientes do exterior, em sucessivas migações, enquanto a outra, na linha dos achados antropológicos (ossadas denominadas Pithecantropus Erectus) encontrados em 1894 por Eugéne Dubois em Java, no leito do rio Trinil, os supõe autóctones, e Timor teria sido um berço de onde teriam partido aquelas migrações.

A tese que os considera imigrantes realça o facto de existirem ainda hoje povos com características físicas e culturais semelhantes na Insulíndia e no Sudeste Asiático, considerando-o suficiente para evidenciar a sua origem comum algures no continente amarelo, de onde teriam partido as migrações, no sentido Noroeste-Sueste (NW-SE), através da navegação facilitada pelos ventos dominantes nessa zona, que correm nesse sentido, para além da proximidade e alcance visual entre as ilhas e os achados pré-históricos irem rareando do ponto provável de origem desses povos na referida direcção Sueste.

Por outro lado, a teoria que os considera autóctones, baseia-se nos achados de ossadas Pithecantropídeas e de estádios posteriores. Esta hipótese tinha sido formulada em 1944 por Mendes Corrêa, citando as pesquisas de Bühler consequentemente sistematizadas por F. Sarasin e publicadas em 1936, relativas às escavações feitas em Timor indonésio (nas grutas perto de Nikiniki, a norte do reino da Amanubara), e em Timor português numa gruta nas cercanias de Báguia, no sopé do Mate-Bian, a sudoeste de Baucau, onde foram encontrados artefactos de indústria lítica e pedaços de cerâmica.

Foram ainda encontrados, perto da lagoa de Gasi Liw, na área do posto de Laga, algumas peças do Paleolítico Médio e Inferior, e no fim desse ano de 1953 a Missão Antropológica de Timor encontrou outros exemplares em Maliana e em Suai, a oeste e a sul, respectivamente, do território português.

Ainda em Outubro de 1957, junto ao mesmo posto de Laga, entre as ribeiras de Laiuai e de Laga, foram encontrados outros objectos catalogados como pertencentes também ao Paleolítico Inferior.

Outros achados de ossadas do período Clactonense vêm cimentar esta teoria, para além do conhecimento de uma indústria lítica do Mesolítico, semelhante à de outras áreas da Insulíndia. Datam provavelmente deste período as pinturas rupestres da região de TUTUALA, contemporâneas de outras do norte da Austrália e Nova Guiné, todas elas de carácter mágico. Saliente-se, no entanto, que a dúvida está ainda longe de ser resolvida, e que ambas as teorias mais fundamentadas poderão parecer críveis.

Todavia, aquilo que a arqueologia e a paleontologia deixam em aberto, vai o investigador tentar explicar, através da antropologia física e cultural, procurando estabelecer comparações entre os diversos padrões de cultura das sub-etnias que povoam a ilha, a língua, tradições, manifestações artísticas, etc.

Existe, por exemplo, uma variedade de habitações muito superior ao aparente uniformismo das gentes que nelas habitam. Há casas cónicas, rectangulares, casas sobre estacas, altas, baixas, de águas elevadas e quase a tocar no chão. Segundo Ruy Cinatti elas terão origem, assim como determinadas normas ligadas a outros tantos mitos que presidiam à construção, em determinadas ilhas do mesmo arquipélago, e até fora dele, em Samatra, Bornéu e Celebes, possívelmente ainda mais longe, na Indochina e até mesmo no Japão.

As pinturas rupestres de Tatuala, já mencionadas, encontradas por este mesmo autor na ponta leste da ilha, no Concelho de Lautém, suscitam-lhe o seguinte comentário:

> «O facto de haver vários tipos de pintura bem caracterizados parece indicar a presença de uma cultura mista, em que se irmanavam contribuições de diferentes origens e épocas. É possível, sob prudente reserva, estabelecer relações formais e de movimento com achados semelhantes em outras ilhas do arquipélago e até da Austrália. As pinturas de Niah, em Sarawak, na ilha de Bornéu, local onde se tem procedido a investigações cuidadosas, parecem decalques das figurações esquemáticas, muito dinâmicas, de Ilikerekere e de Tutuala. Outras, como as de Ipoh, na Malásia, denotam parecenças com as pinturas Lene-Hara, pela concepção simbólica abstracta das suas figuras. A representação de carácter totémico acima descrita, embora de factura caracteristicamente indonésia, revela influência de origem australiana, mormente da terra de Armhém no território do norte. As restantes pinturas, de feição naturalista, são também frequentes no sul das Celebes, em Ceram, nas ilhas Kei e outras, com as

quais, em tempos remotos, determinados grupos étnicos de Timor mantiveram relações culturais. Como traço de união em todas estas culturas regionais, adquire especial relevo a representação da mão que em Ilikerekere, parece ter sido transposta de um quadro de Piero dela Francesca.

Há ainda a considerar, como achega nada desprezível, o facto de os timorenses de Lautém filiarem a sua ascendência em antepassados vindos, em tempos remotos, de Kei, Ceram e das Celebes, e haver paralelismo flagrante entre os modelos aplicados na confecção dos sarões de Timor e os de Bornéu».

Conclui do atrás exposto, António Oliveira e Carmo, que se se acrescentar a enorme variedade de línguas, dialectos e subdialectos falados em Timor — sobre os quais ainda não se chegou a acordo quanto ao número, dado que alguns consideram como simples variantes o que, para outros, são línguas completamente distintas — e o evidente parentesco de algumas das suas lendas com as de outras terras, como Bornéu, ou aquelas em que se relata a chegada do primeiro habitante à ilha, através da conhecida e famosa lenda do crocodilo (LAFAEC) emergindo das águas, que transportou o primeiro homem para Timor, não haverá razão para duvidar da profunda influência que as migrações exerceram na cultura da ilha.

Lendas e ritos

Os timorenses são monoteístas, acreditam num senhor supremo chamado MAROMAC. No que respeita à outra vida são animistas, pois as almas depois da morte continuam a viver vagabundas em lugares estranhos ou no seio das montanhas sagradas, encarnando em animais e objectos que exercem malefícios quando não lembrados em cerimónias propiciatórias. As crenças religiosas baseiam-se na existência de Deus e numa outra vida, mas, mais ou menos recentes adulterações e mesmo deturpações, envoltas num sistema de superstições inspiradas por uma prática totémica (LULIC), transformaram essa realidade. Muitas coisas passaram a ser LULIC (algumas supersticiosamente terríveis), de facto que os obriga a passar parte do tempo, através de práticas rituais, a esconjurar o mal.

Refira-se, a propósito da lenda do crocodilo, o trabalho de Artur Basílio de Sá chamado «Textos em Tétum da Literatura Oral Timorense».

Toda a cultura timorense é povoada por lendas, mitos e cerimónias rituais, mais ou menos violentas, de carácter sagrado, que infundem respeito e às vezes temor, através dos Lulics, objectos que se crêem dotados de poderes sobrenaturais ou sob os quais repousa o espírito tutelar dos antepassados. E o exotismo dessas lendas abrange temas tão variados como os contractos matrimoniais, constituição da família, fundamentos da povoação e do reino, escala hierárquica da sociedade, pactos, etc., etc.

De entre essas lendas saliente-se a do crocodilo: estando um homem, há muitos anos, na praia da jurisdição de Séçal, viu, com espanto, levantar-se do meio das águas um ser de forma humana, o qual lhe atirou uma pedra e disse ser seu irmão falecido dias antes:

— ANI LAI LIBA, AI CACA. DEFA GAFOMAU. ANI CÁRACA NÁUA! Sou LAI LIBA, teu irmão. Traz-me um cachorro. Quero comer!

Dali a pouco toda a gente acudia à praia, levando o requerido animal, que o LAI LIBA segurou nas unhas e, remando para o mar, tomou de repente o aspecto de um crocodilo. Então, deitou nova pedra e ordenou que todos os anos lhe fizessem um ESTILO (festa ou comemoração dos mortos).

Desde essa aparição, o povo de Séçal reúne-se uma vez por ano no lugar de Boro-Uai e aí abate, em honra do «avô LIBAU MAU», um cão e um carneiro, comendo-os de seguida segundo determinados preceitos.

Atraído pelo fumo das fogueiras um crocodilo vem à tona de água enquanto o «dono do Lulic», que se põe de cócoras, redobra os apelos:

— DADA LAI LIBA, MAU; SEU ERE; NÁUA!
Avô LAI LIBA, vem cá; a carne está aqui, come!

Depois levanta-se e vai postar-se a uns tantos metros com o resto da gente. Aproveitando o silêncio o crocodilo sai da água, rompe pela areia e engole as oferendas de um trago.

Na época das chuvas, nesse mesmo local, é natural todos os anos um ou outro indígena que tenta, isolado e desprevenido, passar a ribeira a vau, com algum do seu gado, ser devorado pela fera. Tais mortes são interpretadas como significativas de «o avô estar zangado» porque alguém lhe faltou ao respeito ou não foi bastante generoso nas dádivas que ele exige aos seus netos . . .

Há outras lendas mais ou menos profundas, mais ou menos coloridas, que falam do crocodilo. De outra delas uns dizem-se filhos do tubarão, e na mesma lenda, outros, netos do crocodilo. A variedade e diversidade das lendas relaciona-se sempre com os factos históricos mais ou menos encantados, e a fauna e flora que têm à mão.

Stock sub-rácico

Apresentadas as duas grandes teorias que visam explicar a origem do povoamento da ilha de Timor, o passo seguinte é tentar dissecar o «cadinho étnico», como Mendes Corrêa muito bem lhe chamou, e que é nada mais que a amálgama de sub-raças que deu origem ao timorense actual, fruto da miscigenação sucessiva entre determinados grupos humanos.

O mais antigo dos quatro estratos sub-rácicos que subsistem miscigenados data provavelmente de há nove mil anos. Trata-se do tipo Vedo-australóide (de traços semelhantes aos aborígenes australianos e aos Vedas do Ceilão, incluídos nas raças Primitivas, segundo a classificação de 1944 de Henri V. Valois) e que Mendes Corrêa identificou em 10 a 15 % dos timorenses que observou.

Outro dos estratos é o Melanésio, fortemente influenciado pelo grupo étnico papua, largamente difundido em toda a área etnico-geográfica denominada Melanésia, e que em Timor ocorre em cerca de 7 a 8 % dos habitantes. A este estrato devem remontar cinco dialectos, o Fataluco, o Macabere, o Macassai, o Mídic e o Búnac, geralmente classificados como papuas, mais por não se encontrar parentesco com a família linguística Austronésia a que pertence a grande maioria, se não a totalidade, dos outros.

Outro dos estratos, o mais difundido e que se manifesta em cerca de 60 % dos habitantes da ilha, é o Proto-Malaio, de características parcialmente europeioides, que predomina na Indonésia Oriental e no interior de Samatra e Bornéu.

Finalmente, os povos da sub-raça Sul-Mongol, possivelmente pressionados para as ilhas pelas outras duas sub-raças, Norte e Centro-Mongol, empurrando-as do centro para a periferia do continente, deram origem aos Deutero-Malaios, através da fusão com os Proto-Malaios. Este estrato predomina em Java e no litoral de Samatra e Bornéu, manifestando-se em Timor em cerca de 20 % dos habitantes.

Ainda que a língua e o substrato rácico não tenham correspondência obrigatória, as populações primitivas apresentam uma relativa coincidência entre esta ordem de factores. Em Timor comprovam-se diferenças antropológicas entre as populações que falam línguas e dialectos declaradamente malaios, e aquelas cujo linguarejar não é malaio ou não está ainda convenientemente classificado.

Parece-nos pois falsa, a excessiva tendência manifestada por determinados autores em aproximar os timorenses com os melanésios e papuas, separando-os dos indonésios. Até pelos números já apresentados, parecem-nos hoje algo desactualizadas as opiniões de Hamy que falava dos papuas de Timor; de Barros e Cunha que aproximava também os timorenses dos papuas da Nova Guiné; de um ou outro autor que evocava a divisória zoogeográfica de Wallace entre a região da Indonésia e a da Austrália e Nova Guiné, fazendo-a corresponder aos limites etnográficos que colocam do mesmo lado Timor, Flores, Sumba, Alor, Pantar e Sólòr, e do outro a Austrália, Nova Guiné e Molucas. Ao invés, sintetizando e exemplificando, os Belos são muito mais numerosos que os Atonis na metade oriental da ilha e, no conjunto, predomina em ambas as etnias um tipo indonésio ou proto-malaio, com algumas afinidades com os europeus/meridionais, populações indostânicas e mesmo com os Ainos (povo de raça branca do norte do Japão). Em menor proporção nos mesmos grupos, encontramos um tipo de tendência mongólica ou deutero-malaia; e em menor número um tipo humano com afinidades védicas e australóides, para além dos melanésios e papuas propriamente ditos, esses sim em número mais escasso.

Mendes Corrêa admite ainda, um pouco «a latere» das duas grandes teorias que se debruçam sobre o povoamento da ilha, e apresentadas anteriormente, «a possibilidade de algumas formas humanas naquelas paragens resultarem — mercê do estudo antropológico da população de Timor, o confronto dos respectivos resultados com os obtidos por diferentes autores em vários pontos da Insulíndia, a ponderação das circunstâncias mesológicas em que se encontram essas diversas populações, e, bem assim, das relações e influências recíprocas destas e em referência a outras populações do globo — não de influências vindas do exterior, mas de um processo interno de mutação. De facto, se parte da Insulíndia é uma encruzilhada de múltiplas e variadas migrações, outra oferece condições geográficas de isolamento e segregação que estão em contradição com o polimorfismo racial dos seus habitantes. Encontra-se neste caso grande parte de Timor português».

Evolução demográfica

A população de Timor português vinha aumentando até meados da década de 70 do presente século, ainda que em determinados anos pouco expressivamente, à excepção do período de ocupação japonesa durante a segunda guerra mundial, em que pagou com a vida a altivez de se manifestar portuguesa e considerar superior à potência ocupante. Perderam-se por essa altura muitas das almas que povoavam o território.

Em 1912 calculava-se a população em cerca de 348 345 indivíduos, em 1916 cerca de 394 519, dos quais 209 302 eram do sexo masculino e 185 217 do feminino. Em 1927 as estatísticas referiam 451 604 habitantes, entre os quais 243 579 varões e 208 025 do sexo feminino; do número total, 389 eram brancos (leucodermes), 1678 amarelos (xantodermes), 101 pretos (melanodermes), 375 mestiços e 449 061 timorenses propriamente ditos. É provável que o número de mestiços não corresponda à realidade, pois, qual seria o critério dos recenseadores para os entender nessa categoria num território em que a população base é já de si uma mescla de variados povos?

Os amarelos citados neste censo são na quase totalidade chineses, grande parte dos quais não se fixa definitivamente na ilha, onde apenas vão exercer comércio (apesar de alguns permanecerem ligados a indústrias rudimentares), podendo quase dizer-se que há um mercador chinês em cada povoação, muitas vezes com uma ligação a uma mulher autóctone, da qual resultam descendentes muitas vezes abandonados com a respectiva mãe quando, constituído o pecúlio, regressam ao país de origem.

Em Setembro de 1951 a população tinha diminuído para 442 378 pelas razões já apontadas, apesar de os não timorenses (referimo-nos a características rácicas) terem aumentado em todas as categorias, até em grande número, se atendermos não aos valores absolutos, mas à proporcionalidade dos mesmos.

Segundo o censo de 1970, a população do território totalizava 609 477 habitantes, o que representava uma densidade de 32,2 ha./km^2. O concelho mais populoso era o de Baucau com

83 810 ha., seguido do de Bobonaro com 72 641 ha., o de Ermera com 66 150 ha., o de Díli com 65 451 ha., e o de menor população, o de Oé-Cussi com 25 438 ha. A capital, Díli, contava 6780 habitantes.

Os principais centros populacionais são: Díli, Viqueque, Los Palos, Fuiloro, Lautém, Baucau, Manatuto, Soibada, Liquiçá, Maubara, Ermera, Matolia, Ailéu, Ainaro, Bobonaro e Oé-Cussi.

Realidade étnico-linguística

Longe de uma unidade de opiniões, os vários autores que se têm debruçado sobre a realidade étnico-linguística de Timor português, têm apresentado resultados díspares nas suas investigações.

Segundo Artur de Sá, falam-se em Timor nove dialectos, subdivididos em dois grupos: o primeiro engloba o TÉTUM, GALOLI, MAMBAI, TUCUDED, QUEMAC e VAIQUENO (em Oé-Cussi), e o segundo, com outras origens, afastado na fonética e na semântica do anterior, alberga o DAGADÁ, MACASSAI e BUNAC. Segundo o mesmo autor, o Tétum é o mais conhecido, inclusivé falado nas Flores, Ende e outros locais. A sua expansão deve-se ao facto de ter sido o dialecto adoptado pelos missionários na catequese, e pelos serviços administrativos portugueses nas suas relações com os indígenas. Esta opinião sobre o Tétum é um facto, e parece, ao invés de outras subtilezas, reunir o consenso entre os investigadores.

Segundo o mesmo autor, há dois tipos de Tétum, o popular, ou Tétum-Peraça, falado pela população em geral, e o clássico, também chamado Tétum-Los, falado pelos Catuas de certas regiões, por exemplo, em Viqueque, Luca, Lacluta e Samoro, e usado também nas ocasiões solenes, brindes e banquetes, e pelos Lia-Na'in, os mestres da palavra, os clássicos da sua literatura oral. É rico em metáforas, analogias, determinadas conjugações de verbos, etc.

Há em Tétum uma série de cantares, lendas, poesias, suaves e cadenciadas, onde são narradas as lendas e tradições, como tão bem nos soube transmitir Artur de Sá, na obra já citada.

Porém, segundo António de Almeida, chefe da Missão Antropológica neste território, os grupos etno-linguísticos de Timor são trinta e um: o BAIQUENO, BECAIS, BUNAQUE, DA'DUA, FÁTA LUCO, GALÓLEN ou GALOLI, HÁBO, IDÀTÉ, ISNI, LÀCALEI, LÒLEN, MACALÉRO, MACASSAI, MACU'A, MANBAI, MARÁE, MIDIQUE, NAI DAIMO, NÁ-INE, NÁHÈC, NAUÉTI, OSSO MOCO, QUÊMAQUE, ÓCÒ-MIDÍQUI, RÀCLU UN, RAI ÉCO, RESSUC, SÁ ÂNI, TÉTUM (TÉRIC, de Viqueque, Soibada, Suai, Díli), TÓCÒDEDE e UAI-MÁ'A. No entanto todas estas línguas, dialectos e subdialectos, podem reduzir-se a sete idiomas fundamentais, de que os outros são derivações. E esses sete são: o BAIQUENO ou VAIQUENO, BÚNAC, FÁTA LUCO, MACASSAI, MACU'A, MAMBAI e o TÉTUM; podemos com esta redução estabelecer já uma relação entre os dois autores, apesar de nem todos serem coincidentes, como se vê. Da mesma forma, Leite de Magalhães menciona vinte e quatro grupos linguísticos, considerando alguns malaios e outros não, enquanto o padre Abílio Fernandes registava Quinze, e os informadores do governador Álvaro Fontoura, naquele que ficou conhecido como o álbum Fontoura, registaram vinte e oito, dos quais dezasseis seriam de origem malaia.

Finalmente refiram-se os agrupamentos linguísticos e sua divisão, da forma como constam no «Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão», editado em Lisboa, em 1948, pela Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais: de um primeiro grupo constam os dialectos de origem malaia, que se subdividem em cinco subgrupos. Do primeiro, fazem parte o TÉTUM, TOCODÉ, MAMBAI, NÒGÓ NÒGÓ, UAIMOA, QUÉMADE, HABO, MACASSAI, MIDIC e NAUHETE; do segundo, o FATALUCO; do terceiro, o MARAI; do quarto, o BÚNAC; do quinto, o GALÓLI, IDATE, LACALEI e o BAIQUENO.

Segue-se o segundo grande grupo, composto por dialectos não malaios, do qual constam o RA-CLUMA, RAI-EÇO, DUÁ, LOLEI, DADUÁ, NAUNAGA, BECAIS, OSSO MOCO, MACELER, SA-ANE e o LOUAI EPULO.

AGRUPAMENTOS LINGUÍSTICOS *

I — *Malasianos*

1.º Grupo:

Tétum
Tocodé
Mambai
Nògó Nògó
Uaimoa
Quémaque
Habo
Macassai
Midic
Nauhete

2.º Grupo:

Fataluco **

3.º Grupo:

Marai

4.º Grupo:

Búnaque

5.º Grupo:

Galóli
Idate
Lacalei
Baiqueno

II — *Não-malasianos*

1.º Grupo:

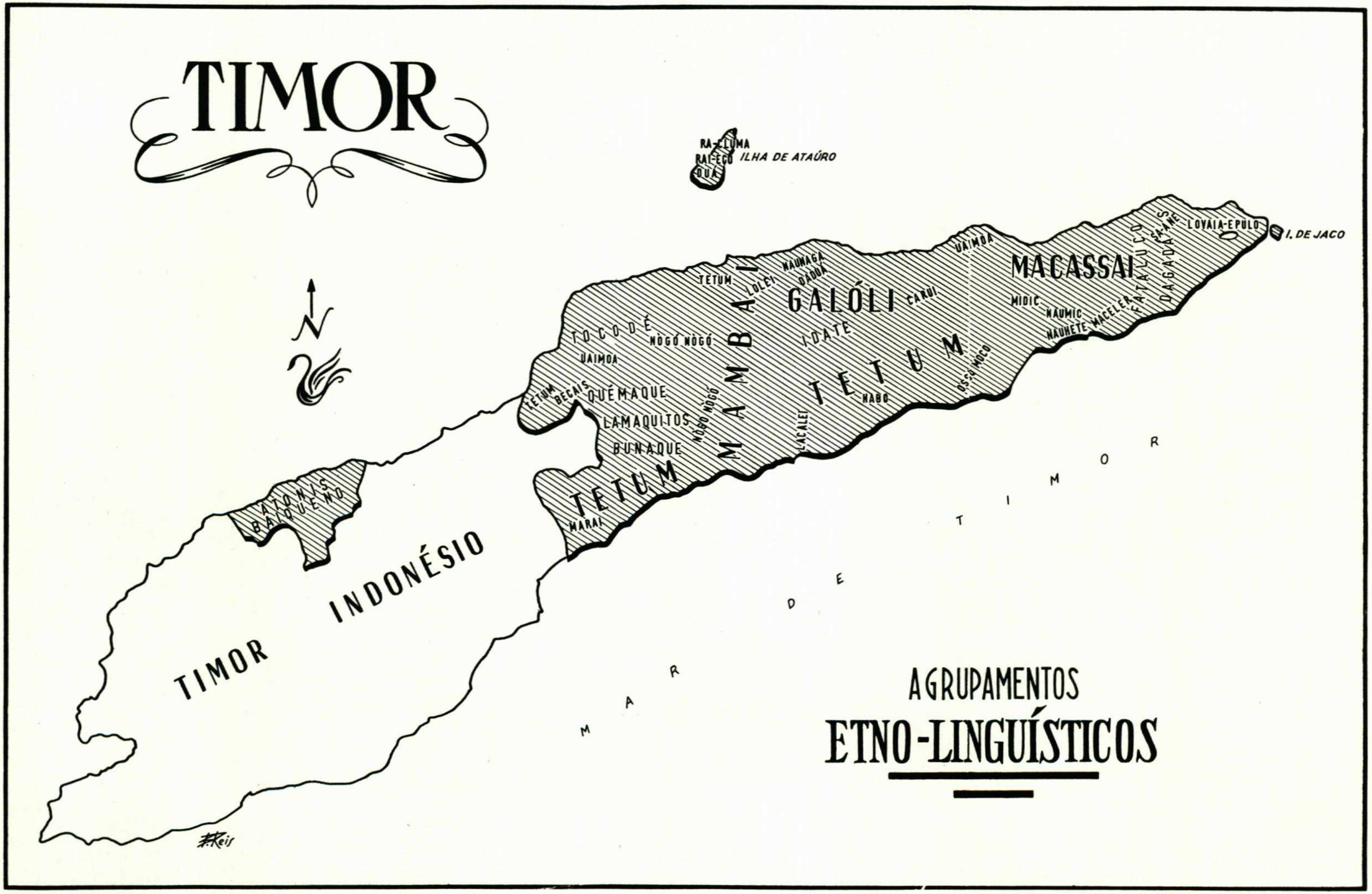
Ra-Cluma
Rai-Eço
Duá
Lolei
Daduá
Naunaga
Becais
Osso Moco
Maceler
Sa-Ane
Lovai-Epulo

---

* Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimento e Expansão. Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais. Lisboa. 1948. Fl. 107.

** O Atlas traz «Dagadá». Mas esta expressão traduz o nome de um povo, e não de um dialecto.

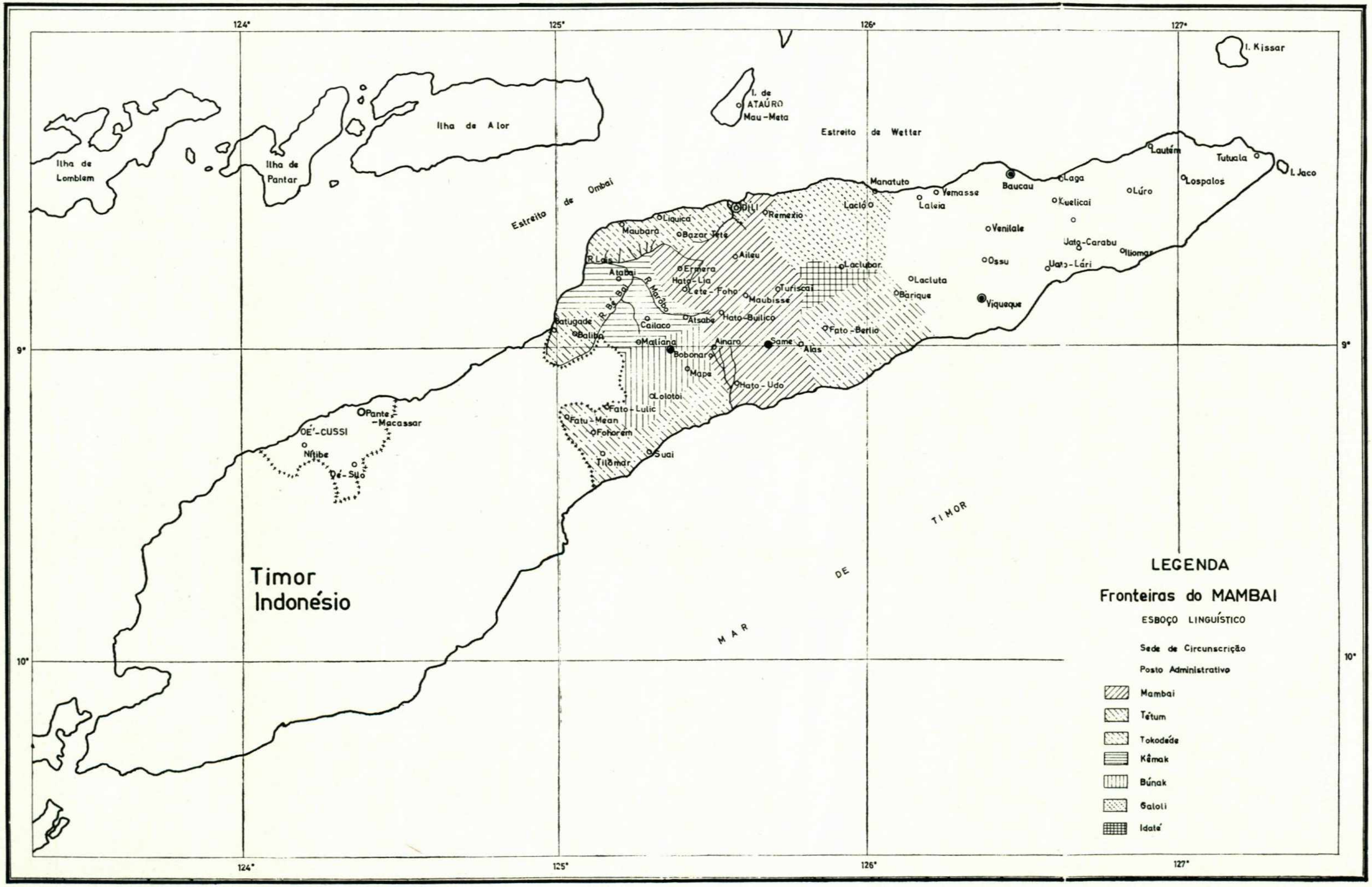
TIMOR


RA-CLUMA
RAI-ECO
DUA
ILHA DE ATAÚRO
LOVAIA-EPULO
I. DE JACO
UAIMBA
MACASSAI
SÁ-ANE
DAGADÁ
FATALUCO
MIDIC
NAUMIC
NAUHETE
MACELER
TETUM
LOLEI
NAUMAGA
DÁDUA
GALÓLI
CARUI
IDATE
MAMBAI
TOCODÉ
NÓGÓ NÓGÓ
UAIMOA
TETUM
BECAIS
QUÉMAQUE
LAMAQUITOS
BUNAQUE
NÓGÓ NÓGÓ
LACALEI
TETUM
NABO
OSSÚ MOCO
TETUM
MARAI
ATONIS
BAIQUENO
TIMOR INDONÉSIO
MAR DE TIMOR
F. Reis

AGRUPAMENTOS

ETNO-LINGUÍSTICOS

Timor


124°
125°
126°
127°
I. Kissar
I. de ATAÚRO
Mau-Meta
Ilha de Alor
Ilha de Lomblem
Ilha de Pantar
Estreito de Wetter
Estreito de Ombai
Manatuto
Vemasse
Laleia
Baucau
Laga
Lautém
Tutuala
I. Jaco
Lospalos
Lúro
Kuelicai
Venilale
Uato-Carabu
Iliomar
Ossu
Uato-Lári
Lacluta
Barique
Viqueque
DILI
Remexio
Lacló
Liquiçá
Maubara
Bazar Tete
Aileu
R. Lois
Atabai
Ermera
Hato-Lia
Lete-Foho
Turiscai
Maubisse
Laclubar
R. Bé Bai
R. Marôbo
Atsabe
Hato-Builico
Batugade
Balibo
Cailaco
Maliana
Bobonaro
Ainaro
Same
Alas
Fato-Berlio
Mape
Hato-Udo
Lolotoi
Fato-Lulic
Fatu-Mean
Fohorem
Tilomar
Suai
Pante-Macassar
OÉ-CUSSI
Nítibe
Oé-Silo
9°
10°
Timor Indonésio
MAR DE TIMOR
LEGENDA
Fronteiras do MAMBAI
ESBOÇO LINGUÍSTICO
Sede de Circunscrição
Posto Administrativo
Mambai
Tétum
Tokodede
Kêmak
Búnak
Galoli
Idate

Administração

Segundo o Estatuto Político Administrativo de Timor, aprovado pelo Decreto n.º 547/72, de 22 de Dezembro, o território dispunha de órgãos de governo próprio, que eram o Governador e a Assembleia Legislativa, junto dos quais funcionava uma Junta Consultiva Provincial. No que se refere à administração local, o território encontrava-se dividido em concelhos formados por freguesias. Os concelhos existentes eram os de Díli, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Cova Lima, Ermera, Cautém, Liquiçá, Manatuto, Same, Viqueque, Ailéu e ainda a circunscrição de Oé-Cussi.

Assistência médica

Em Timor, a assistência médica às populações tem algumas tradições, se bem que dentro de um quadro algo limitado. Os missionários que, na segunda metade do século XVI por lá andaram, foram os primeiros a levar esses cuidados e conhecimentos à região, os quais, não sendo grandes, eram nitidamente superiores aos de quem a eles recorria.

No fim do século passado, a província ainda estava dependente dos serviços de saúde de Macau, que destacavam um delegado para Timor, e finalmente em 1906, foi inaugurado em Lahane, o hospital D. Carlos I. Em 1915 havia três médicos que se alternavam nas visitas ao interior.

Por essa altura, os cuidados primários de higiene visavam diminuir o paludismo, mas os resultados ficaram aquém das expectativas.

Em 1918 foram criados os próprios serviços de saúde de Timor, com sede em Díli, e três subdelegacias, em Baucau, Manufai e Bobonaro. Espalharam-se no interior ambulâncias e enfermeiros autóctones a quem tinham sido ministrados cursos de enfermagem.

A partir de 1937 aumentou decisivamente o número de postos médicos no interior e são criadas enfermarias em várias regiões. É construído em 1938 um pavilhão de isolamento de tuberculosos, e aparecem também por essa altura as primeiras creches.

Em 1939 existiam em Timor três hospitais do Serviço de Saúde, um hospital particular, uma maternidade, dezanove postos sanitários, e havia ao todo cinco médicos e quarenta e dois enfermeiros.

Entretanto, a guerra obrigou a refazer a quase totalidade da obra já iniciada. Em 1952 estava reposta e até melhorada a situação anterior, e em 1963 os hospitais eram já cinco, para além do particular da Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, e tanto o número de instalações como o de médicos e pessoal auxiliar aumentaram significativamente.

Segundo dados de 1965, Timor dispunha de vinte e quatro médicos, contando-se entre eles especialistas de vária índole, e o plano de vacinas — varíola, cólera e poliomielite — estava em marcha, assim como a luta contra as endemias, através da prospecção, investigação e tratamento do casos de lepra, paludismo e outros.

Assim como a assistência médica, desenvolveu-se também a educação e o ensino ao longo dos anos. Em 1965, existiam em Timor os seguintes graus de ensino: Infantil, pré-primário, primário, elementar de artes e ofícios, de aprendizagem agrícola, de preparação de professores de posto escolar, secundário liceal, eclesiástico, e de preparação de quadros técnicos. A falta do ensino de graus médio e superior vinha sendo suprida pela concessão de bolsas de estudo na Metrópole ou em outras províncias ultramarinas.

Clima e produções

A ilha de Timor é de formação relativamente recente. É formada por rochas sedimentares, como o calcário, grés, etc. Os vestígios de vulcanismo na ilha resumem-se a algumas fontes termais, na sua maioria sulfurosas. É acidentada, tornando-se mais íngreme na parte central, onde é atravessada por uma crista que percorre de ponta a ponta e serve de linha de separação de águas. A parte Leste é menos acidentada, existem variadas zonas planálticas das quais emergem elevações de vertentes escarpadas chamadas FATU. O seu pico mais elevado, o já nosso conhecido TATA-MAI-LAU, mede 2960 metros de altitude, mas há várias elevações com mais de 2000 metros. Os planaltos mais importantes são os de FUILOR e o de BAUCAU, a cerca de 600 metros de altitude.

O clima de Timor regista uma média anual de temperaturas acima dos 20 graus centígrados, é de tipo equatorial e sofre o efeito das monções. No entanto, a influência das altitudes vem, acima dos 1000 metros, dar médias anuais bastante mais baixas. Os meses mais quentes são os das chuvas, de Dezembro a Abril, e os ventos dominantes são os das monções, quer asiática, quer australiana. O valor médio anual de precipitação vai dos 500 a 1000 milímetros no litoral norte, de 1000 a 2000 no litoral sul, e é superior a este valor nas zonas de maior altitude.

As ribeiras que nascem na crista central montanhosa da ilha, correm para Norte e Sul, formando torrentes na época das chuvas, e desaparecendo praticamente todas elas na época seca. No entanto, na costa sul, mais chuvosa, as ribeiras de TAFARA, BÉ-LULIC, SUI, e outras, têm curso permanente.

Sendo Timor uma zona de transição entre a Insulíndia e a Austrália, em vez de albergar espécies animais representativas de estas duas grandes regiões, apresenta uma fauna pouco variada e de forma nenhuma exemplificativa das regiões a norte e a sul de onde está situado. Há macacos, veados, búfalos, cavalos, ratos, galos-do-mato, pombos, crocodilos, lagartos-voadores, cobras sameia, osgas, etc., mas nenhuma espécie que se assemelhe ao tigre, orangotango e canguru das regiões vizinhas.

O subsolo de Timor é rico em manganésio e hidrocarbonetos dos quais se destaca o petróleo, hoje tão cobiçado nas suas águas territoriais. No que respeita ao solo, 15% apresenta boas condições para fins agrícolas. Há uma diversidade de culturas importantes, sobressaíndo entre elas o café, que na década de 70 cobria cerca de 90% das exportações, a copra, milho, borracha, óleo de coco, arroz, feijão, batata doce, mandioca, amendoim, tabaco, que satisfazem amplamente as necessidades locais.

O riquíssimo sector silvícula, que nos empurrou decisivamente até aquelas paragens, produz madeira de teca, pau-rosa, pau-ferro, mogno — conhecido localmente por «ai-seria», e o tão nosso conhecido sândalo!

O gado é relativamente abundante e em 1972 contavam-se 135 000 búfalos, 83 000 bovinos, 198 000 caprinos, 220 000 suínos e 20 000 equinos.

A indústria, como já referimos, é rudimentar, mas sobressaem a manufactura de tabaco, o fabrico de sabão e óleo de coco, o descasque de café, a serração de madeira, a destilação de álcool, a panificação, o fabrico de telhas e tijolos, e algumas outras de menor importância.

Tem sido levada a cabo a execução de estradas entre diversas povoações. As estradas principais de primeira e segunda categorias e as regionais, perfazem cerca de 2000 kilómetros. Pretende-se ligar, com boas estradas, as sedes de concelho, para além do percurso na linha da costa, e a sua ligação ao interior.

A energia eléctrica é obtida através de centrais térmicas, excepção feita à de Baucau, que possui também uma outra hidroeléctrica.

Manifestações artísticas

Neste mundo ligado à terra e a tudo o que nela se produz e circula, não é estranho que a arte e o folclore estejam também ligados a manifestações telúricas. O timorense mergulha as suas raízes na terra que o viu nascer, e procura buscar aí a explicação, o consolo e a satisfação do corpo e da alma.

A literatura tradicional é toda ela oral, embora estejam já elaboradas colectâneas dos textos recolhidos por missionários e investigadores. Segundo o costume, os textos são conservados de memória pelos Lia-Nain, os senhores da palavra que são também os oradores nas cerimónias oficiais, além de serem muitas vezes Catuas e guardiões dos Lulic. Estes textos orais revestem normalmente duas formas principais: uma engloba as memórias, em prosa e em verso, chamadas AI-CNANOIC, que narram as origens do mundo, das coisas da natureza, das instituições, dos episódios históricos e de diversas fábulas; a outra, as canções em verso, chamadas AI-CNANÂNUC, de carácter geralmente lírico.

Os textos solenes têm um estilo paralelístico, em que cada ideia é repetida duas vezes por palavras sinónimas, usadas muitas vezes em sentido figurado e simbólico.

Curiosamente, a versificação baseia-se no acento, segundo regras de algum modo semelhantes às do «cursus», ritmo da prosa latina da época eclesiástica.

Ligadas à literatura aparecem a música e a dança de um modo geral, também elas revelando profunda ligação do homem com o ambiente que o circunda. Mas é curioso que parte das melodias sejam de origem europeia, valsas e polcas, traduzindo formas de aculturação por parte das classes mais evoluídas, de influência portuguesa, malaia e javanesa. A música tradicional, geralmente produzida por instrumentos de percussão, é bastante pobre; utilizam-se tambores de pele, gongos de metal (semelhantes ao gamelão javanês, mas sem a mesma amplitude de sons), pífaros de cana, e uma espécie de cilindro feito de bambu, cuja casca cortada por incisões longitudinais fica formando tiras que, esticadas, se dedilham como uma guitarra, chamado LACADOU.

Entre os instrumentos importados contam-se o violino (alguns de fabrico local), o cavaquinho, o bombo, o tambor e os ferrinhos, fundindo melodias europeias e malaias.

As danças populares são simples, normalmente muito semelhantes de região para região, consistindo em movimentos de grupo ritmados pelos tambores, chamadas TEBEDAI, e outras chamadas TEBE, em que se canta ao desafio versos jocosos, qual desgarrada, cantadas e dançadas em círculo, mas sem o acompanhamento instrumental.

Há ainda danças guerreiras, como o LORO-SAE, que celebra uma vitória, e terminava antigamente com o corte da cabeça aos inimigos, com a qual as mulheres jogavam em sinal de profundo desprezo, e o SILAT, que é outra dança guerreira em que a simulação de uma luta corpo a corpo pode constituir uma forma de disputa semelhante ao Fandango ribatejano. Na região de Suai, pratica-se a dança da cobra, e noutros locais a do milhafre, chamado MAKIKIT.

A luta de galos, essa, verdadeira disputa, não só entre os próprios animais, mas através deles entre as partes que representam, é de origem malaia, e um passatempo largamente espalhado, onde se arriscam, à semelhança das corridas de cavalos em Inglaterra, avultadíssimas somas.

A arte é rudimentar mas muitíssimo simbólica, como entre a maior parte dos povos num semelhante estádio cultural e civilizacional; têm trabalhos em ourivesaria, tecelagem, alguns em cestaria, algum tipo de escultura, e a construção de habitações que não deixa de ser uma manifestação artística.

A ourivesaria consiste geralmente em trabalhos de prata ornamentados por filigranas. Concebem também pulseiras, brincos, botões, alfinetes, meias-luas e luas, algumas em ouro, representando o sol, e conferindo origem nobiliárquica ao seu possuidor. São trabalhadas moedas de ouro, cobre e prata, especialmente estas últimas; os apetrechos para a sua execução são aqueles elementares de ferreiro que trabalha com materiais fundidos: bigorna de ferro, uma bacia em ferro esmaltado, um escopro, um martelo, um molde de barro refractário, e pouco mais.

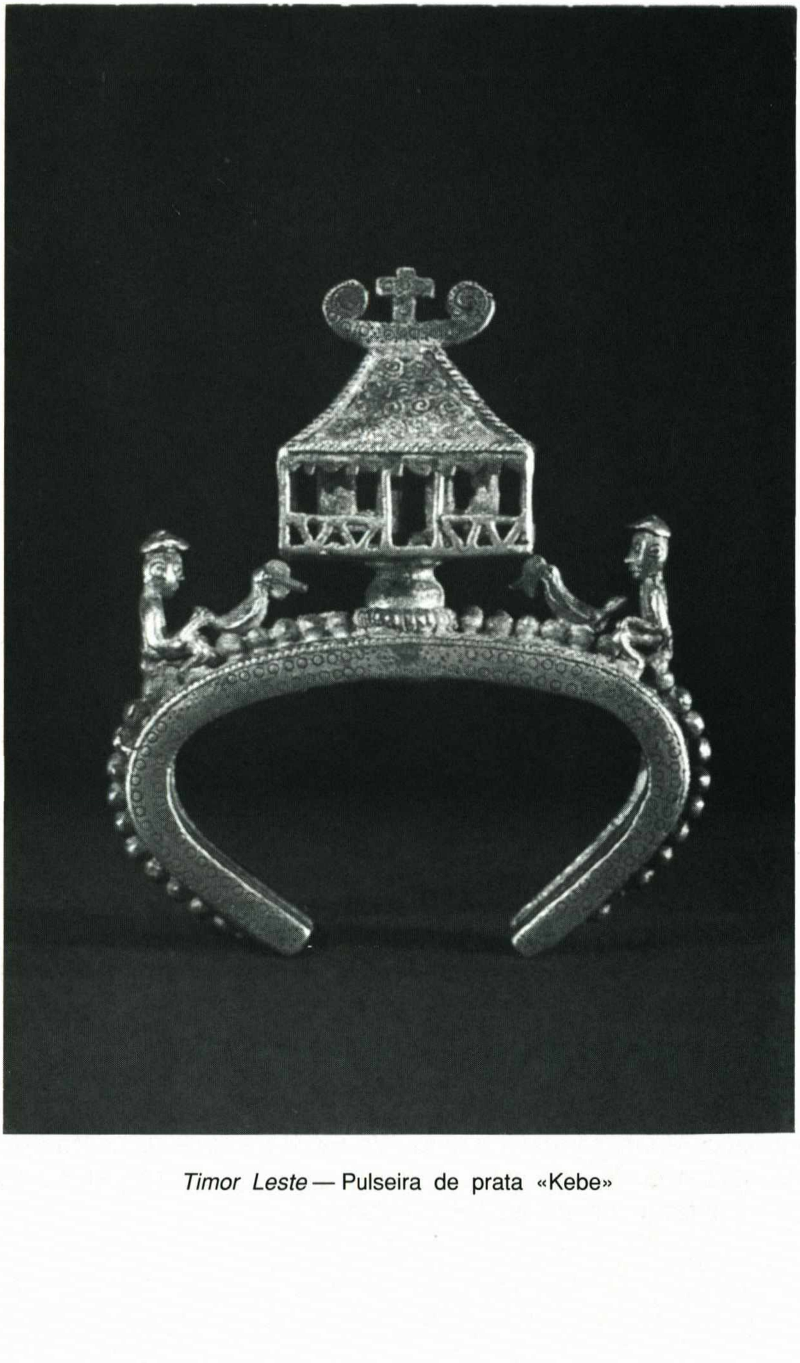
Os timorenses executam também trabalhos em tartaruga — pentes e ganchos — e em chifre de búfalo, ornamentados com incrustações de prata e moedas, entre as quais libras esterlinas, usadas nos Estilos e em outras cerimónias de carácter mágico.

A tecelagem consiste no fabrico de TAIS, geralmente de algodão, e tendo conhecido grande expansão, encontra-se hoje em franca decadência. Apesar de fabricados em rudimentares teares de bambu, sem pedais, são verdadeiras obras-primas. Os panos são de distinta qualidade — mais ou menos grosseiros e coloridos — ostentando desenhos geométricos, estilizações de pessoas, e outros motivos. São usados geralmente em festas e ocasiões especiais.

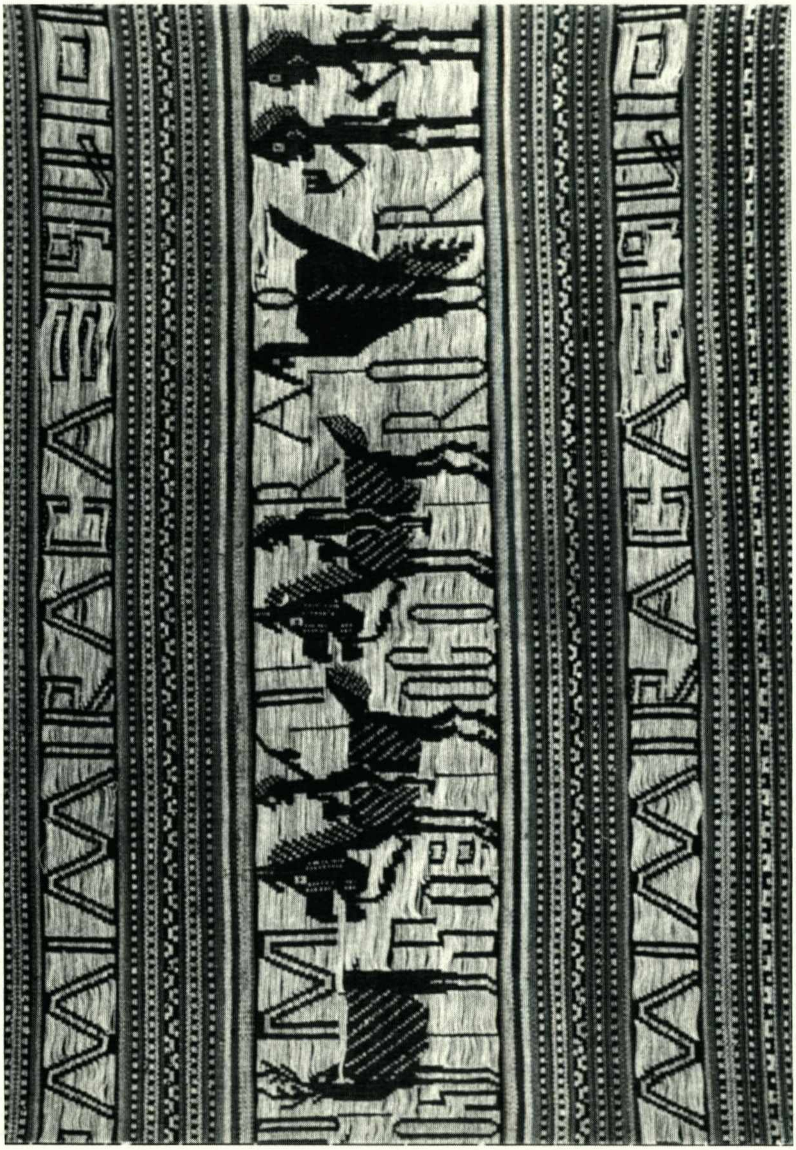
A indumentária timorense compõe-se dos característicos panos grossos; os homens usam-nos na cintura até ao joelho ou ao terço superior das pernas, e nas mulheres descem do peito aos tornozelos. A decoração dos panos é obtida através de dois processos: o da teia-de-lavor, e o do Ikat, técnicas estas comuns a todos os povos da Insulíndia.

A arquitectura ocupa lugar de destaque na manufactura timorense. Como sabemos, há casas de variadas formas, mas a mais característica é quadrangular, de quatro águas muito inclinadas feitas de folhas de palmeira ou capim, assentes em pilares de madeira, providos de discos do mesmo material ou de pedra, para impedirem a subida dos ratos. No cume da habitação fica um tronco de madeira onde podem ser colocados diversos adornos e motivos marinhos. As casas dos chefes são adornadas com esculturas várias: proas de barcos e chifres enormes que são insígnias (símbolos) de autoridade. As habitações daqueles que representam as estirpes mais nobres são normalmente enfeitadas com pequenas esculturas e desenhos.

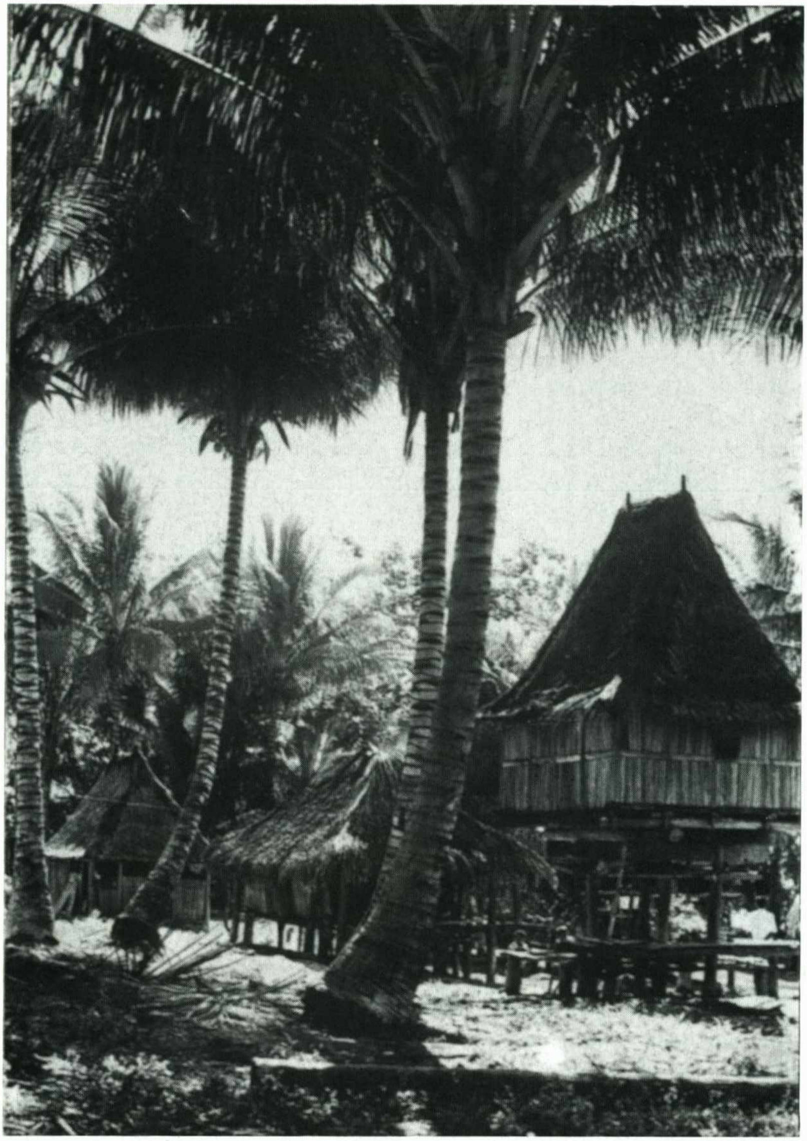
Entre os MAMBAI, por exemplo, os jovens casais quando procedem à construção da casa, chamam os vizinhos para os ajudar, matam um porco ou um cabrito que é distribuído por todos e, seguidamente, procede-se ao trabalho propriamente dito. Em seguida, o dono da casa dependurará os chifres ou os maxilares na entrada da mesma, para assinalar que o novo proprietário já cumpriu os seus deveres para com os seus ajudantes. Mas há quem veja nisto — na imolação do animal e ornamentação com os restos do mesmo sob a forma de Estilo e Lulic — uma maneira de aplacar qualquer espírito malévolo que se encontre perto e se possa instalar no lar recém construído.



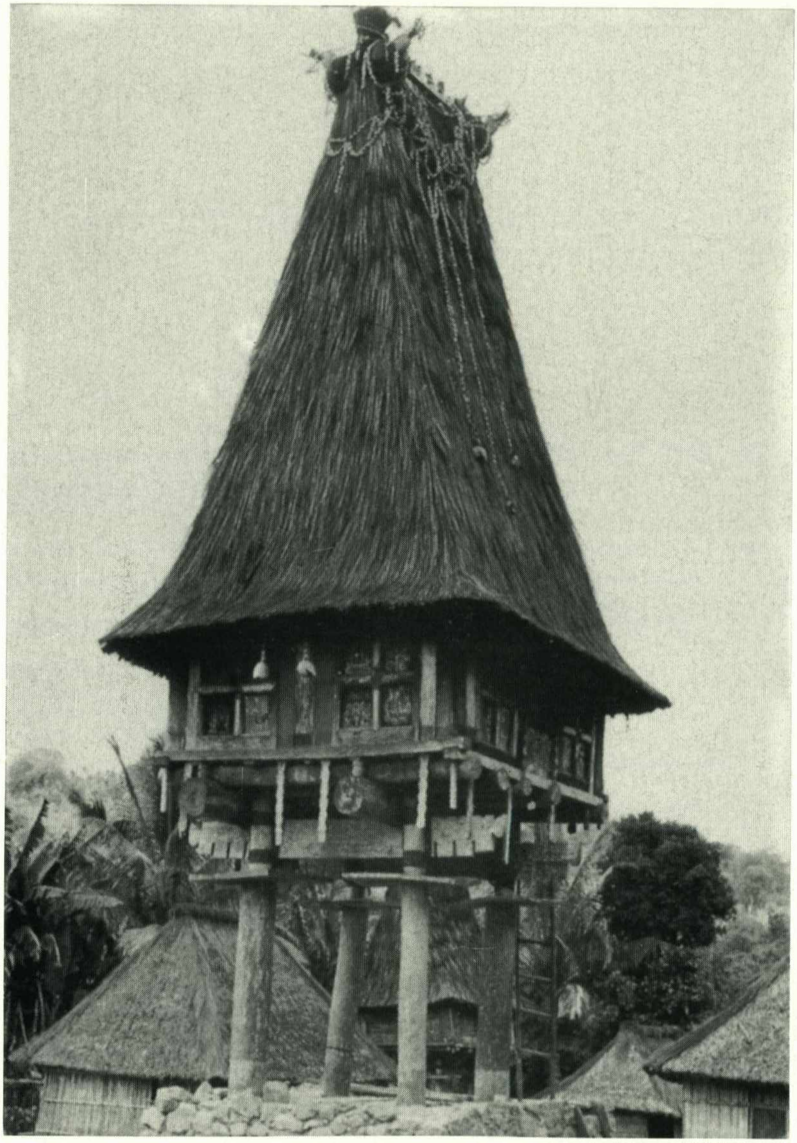
Timor Leste — Pulseira de prata «Kebe»



Timor Leste — Los Palos — Pormenor de pano usado pelas mulheres



Timor Leste — Região de Lautém — Habitações



Timor Leste — Habitação característica

Religião, mitos e devoções

Timor é um caso ímpar no panorama imperial e colonial português. Tanto pela forma como se relaciona com a potência administrante, como pela maneira como geriu as influências externas, como se aculturou, como soube fundir mundos completamente diferentes que ao cabo de uns anos marchavam sob a mesma bandeira. É curioso que, ao contrário de tantas outras terras onde Portugal deixou vestígios e o seu sangue, para fazer vingar a sua vontade, os timorenses dizem ter sido conquistados pela cruz, e não pela espada. Enquanto noutras terras se pagou tão caro para poder traficar ou gritar — «às armas!» — em português, em Timor, a língua usada por tantos homens que tiveram oportunidade de demonstrar a sua fidelidade a Portugal, não foi o português, mas o tétum, dialecto autóctone que a administração escolheu pela sua implantação, e que se espalhou naturalmente por ter sido o escolhido. Não foi necessário introduzir uma língua estranha para desenvolver um relacionamento ou forçar uma dependência, pois criou-se primeiro, e de outras formas, essa mútua dependência, e a língua passou a ser um meio e não um fim em si mesmo.

No entanto, não se diga que no simbólico e enebriante mundo de Timor não há a marca da cultura portuguesa. Ela manifesta-se, em primeiro lugar pela aceitação de Portugal como potência administrante, como Pátria soberana, em segundo lugar, pela forma como a religião católica temperou o universo mítico e os usos e costumes daquelas gentes. Vamos então deter-nos sobre estes dois aspectos.

O primeiro ponto já foi falado; no entanto, é no mínimo curioso relatar determinados acontecimentos que dão corpo a essa afirmação.

Fala-se, de quando em vez, no «culto da bandeira» *, forma tão profunda quanto arcaica de sacralizar, no fundo, um bocado de pano. No entanto, não nos esqueçamos que a água benta

---

* O rigor com que era observado este preceito, levava os timorenses a não pisar, sequer, a sombra da bandeira.

também é água, e que quanto mais variados são os simbolismos, mais rica é uma cultura. O culto da bandeira relaciona aspectos políticos com outros de natureza mágica e religiosa. Para a mentalidade animista da maior parte dos nativos, a bandeira entra no número dos objectos que se crêem dotados de poderes sobrenaturais, ou sob que repousa o espírito tutelar dos antepassados, chamado LULIC, como em devida altura já referimos.

Ainda há fortes vestígios de totemismo na cultura timorense, como nos relata Luís Filipe Thomaz, e o totem é a personificação de um antepassado mítico que se torna simultaneamente um símbolo da unidade do grupo social que venera, e uma entidade que o proteje. Há totens de pequenos grupos, e de grupos mais vastos. Aquando das últimas campanhas de pacificação do território, a bandeira portuguesa foi, provavelmente, identificada pelos timorenses com o totem do seu suserano; como tal tornou-se a entidade protectora do mais vasto grupo em que se sentem integrados, e o símbolo da unidade dos vários reinos e sucus do território.

Também o antigo governador do território, na altura Major, Filipe Themudo Barata, pôde testemunhar a forma como os timorenses encaravam a presença portuguesa. Nos quatro anos em que ali desempenhou funções pôde aperceber-se da forma como os timorenses viviam as mais diversas realidades.

É sabido que os timorenses, pelo seu passado guerreiro, conservam nos seus reinos profundos hábitos militares. Em 1961 resolveu-se aproveitar a estrutura tradicional (reinos, sucus e moradores) para articular com ela a efectiva orgânica militar. Rapidamente se apresentaram cerca de 20 000 voluntários, aos quais se atribuiram graduações de hierarquia militar em conformidade com o lugar que ocupavam na hierarquia tradicional. Assim, o Régulo obteve o posto de Major, o Chefe de Suco independente o de Capitão, o Chefe de Suco dependente o de Tenente, e o Chefe de Povoação o de Sargento-ajudante. Os postos superiores só seriam concedidos, salvo alguma excepção, após serviços meritórios prestados. Desta forma pretendia-se que os chefes e a nobreza tradicional mantivessem o seu prestígio, sem ter de recorrer à exploração das camadas mais baixas, como fôra em antanho através dos escravos assimilados, mercê do pagamento de soldos muito razoáveis, consoante o lugar hierárquico, como em qualquer outra força armada.

Themudo Barata cita D. Jeremias de Luca que, martirizado pelos japoneses, e intimidado a retirar a bandeira nacional que tinha em sua casa com todas as honras, responde: « — Nunca! Esta é que é a bandeira da minha única Pátria!»

Também D. José Nunes, em Lebo-Meu, num jantar a que presidiam oficiais japoneses, durante o período de ocupação, ripostou ao brinde que dava «vivas ao grande Japão», erguendo-se primeiro, criando um silêncio depois, e dizendo: « — Viva Portugal que é maior!»

Os exemplos sucedem-se, e permitam-nos citar mais um. Quando, em 1959, o Major Themudo Barata tomou posse do cargo, recebeu uma oferta, e passamos a citar: «que guardo com a maior veneração. Poucos meses antes, alguns estrangeiros refugiados haviam incitado e dirigido alguns populares nuns desacatos em Viqueque, que atingiram certo vulto. Seria de pensar que na fronteira o povo mais se deixasse seduzir pelas vozes de sereia que do exterior provinham. Pois sou surpreendido pela oferta de uma bandeira nacional com a impressão digital de todos os chefes da região, gravada com o seu próprio sangue». Para quem ainda se lembrar dos «pactos de sangue» talvez possa compreender esta atitude em toda a sua dimensão.

Em 1699, o navegador inglês William Dampier, que visitou Timor, relatou que os timorenses se ufanavam da religião que os portugueses lhes trouxeram, quando visitou Lifau, então capital, onde encontrou três metropolitanos, dois dos quais sacerdotes.

Passados mais de 250 anos sobre este episódio, o Governador Geral foi convidado a recolocar no cimo do TATA-MAI-LAU a imagem da Virgem de Fátima que o antigo Governador, Coronel Álvaro Fontoura, tinha oferecido aos timorenses, mas que estes tinham escondido durante o período de ocupação japonesa.

A maioria da população de Timor é animista. Mas mesmo estes estabeleceram com a nova religião laços afectivos que tentam fundir uma com a outra, um pouco como se passa no Brasil com o catolicismo e as práticas afro-americanas.

Em 1974 os católicos eram cerca de 190 mil, assistidos por 50 sacerdotes, 16 religiosos e 48 religiosas. Havia 3 paróquias e 16 missões. O Bispado de Díli, fundado em 1940, só veio a ser ocupado em 12 de Outubro de 1945, por D. Jaime Garcia Goulart, devido aos acontecimentos no território durante a Segunda Grande Guerra.

Antes da chegada dos portugueses, os timorenses eram animistas, sem traços de influência hindu nem muçulmana. A religião tradicional comporta um monoteísmo vago, como já referimos, e Deus, chamado Marômac (o brilhante), não é normalmente objecto de culto.

Objecto de culto são os Lulic, objectos naturais ou artificiais que são considerados portadores de poderes sobrenaturais e normalmente conservados em lugares especiais chamados UMA-LULIC.

Não há lugares de culto, mas apenas representações simbólicas dos espíritos dos antepassados. O culto propriamente dito consiste em sacrifícios chamados ESTILOS, que têm geralmente um carácter propiciatório, terminando o ritual e morte da vítima, ou das vítimas (búfalos e porcos nos grandes Estilos), com um banquete.

Há também outros tipos de Estilos; tal é o caso do HACOI-MATE ou de funeral, que se destinam a alimentar a alma do morto e garantir-lhe a eternidade.

No entanto, hoje em dia, nota-se já a influência cristã, e algumas reminiscências bíblicas na mitologia a nas fórmulas poéticas que acompanham os rituais. Também se deve ao contacto com a cultura portuguesa o fim dos ORDÁLIOS ou Juízos de Deus, em que o acusado, a mando do Régulo, tentava provar a sua inocência, de furto, por exemplo — que é severamente punido — introduzindo o braço em água a ferver e, não se queimando, demonstrava a clemência de Deus, ou pura e simplesmente a sua inocência, o que, supomos, acontecia muito raramente.

Com a introdução do catolicismo, algumas práticas foram suprimidas, e outras tornadas simbólicas, isto tanto no que respeita a assuntos religiosos, como a outros de variado cariz.

A primeira igreja de que há notícia foi construída em 1590 no reino de Mêna (perto de Oé-Cussi) por Frei Belchior da Luz, mas é só na primeira metade do século XVII, com Frei Cristóvão Rangel e Frei António de S. Jacinto, que a religião católica cria raízes na ilha. No entanto, o número de sacerdotes foi sempre escasso e a extinção das ordens religiosas em 1834 e da Companhia de Jesus em 1910, não foi excessivamente animadora. Porém, já se tinha por esta altura operado uma rápida difusão do cristianismo «embora com a subsistência de muitos elementos do animismo tradicional sob o verniz cristão, como o culto dos antepassados, que pode ser sublimado na doutrina da Comunicação dos Santos».

As outras comunidades seguem as suas religiões de origem, os chineses um misto de budismo, confucionismo e tauísmo, os povos muçulmanos, o rito xafeíta, e em Ataúro há algumas minorias protestantes.

Entre todos os «malai» (estrangeiros), quis o destino, ou a nossa maneira de estar no mundo, aliada à necessidade de proceder a determinadas alianças políticas por parte dos habitantes da metade Leste daquela ilha, que nos conservássemos tão só «malai», sem nenhum prefixo, o que só acontece em relação a nós portugueses. Com o andar dos anos, este termo passou a designar apenas os portugueses, enquanto que acompanhado por algum prefixo (alguns deles profundamente ofensivos), se referem a determinados estrangeiros, muitas vezes de uma forma injuriosa, quando se trate de holandeses e indonésios. Aliás estes dois termos «holandeses e indonésios», podem ter uma conotação perjurativa e podem considerar-se uma ofensa, quando usados com essa intenção.

Comentário final

É no mínimo muito triste que nós, os estrangeiros que deixámos de o ser, tenhamos deixado só a alguns o peso das nossas comuns responsabilidades. Mas mais triste e chocante é saber que são portugueses de longa data aqueles que nos estendem a mão, e que a corrente afasta daquilo que se pensou ser o porto de abrigo. Espera-os o nevoeiro, a noite, e não poderemos sequer estar certos se haverá madrugada.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

Almeida, António de; *Timor, Goa e Outros Confrontos Etnográficos;* Estudos Sobre o Ultramar Português. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1961.

As Pinturas Rupestres de Timor. «Colóquio» n.º 23, Abril 1963, pgs. 49-59.

Atlas Missionário Português. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1962.

Barata, Filipe José Themudo; *Timor, Esse Desconhecido.* «Estudos Políticos e Sociais». Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, vol. I — n.º 3, Lisboa, 1963, pgs. 659-684.

Campos, Viriato; *Timor, a Primeira Terra Portuguesa Aquém da Barreira do Tempo.* Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1967.

Carmo, António Duarte; *O Povo Mambai.* «Estudos Políticos e Sociais» vol. III — n.º 4, Lisboa, 1965, pgs. 1233-1368.

Cinatti, Rui; *Tratado da Província de Timor.* «Revista Shell» n.º 346, Jul.-Set. 1963, pgs. 12-16.

Corrêa, A. Mendes; *Raças do Império.* Portucalense editora, Porto, 1943.

Corrêa, A. Mendes; *Timor Português* — contribuição para o seu estudo antropológico. «Memórias — Série Antropológica e Etnográfica» n.º 9, Imprensa Nacional de Lisboa, 1944.

Correia, Armando Pinto; *Timor de Lés a Lés.* 1944.

Enciclopédia Portuguesa Brasileira. Editorial Enciclopédica Limitada, Lisboa Rio de Janeiro.

Estatuto Político Administrativo da Província de Timor. Agência—Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.

Martinho, José Simões; *Timor, Quatro Séculos de Colonização Portuguesa.* 1983.

Motivos Artísticos Timorenses e a sua Integração. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1987.

Panorama Actual e Perspectivas Futuras do Ensino na Província Portuguesa de Timor. Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1966.

Sá, Artur Basílio de; *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense.* Junta de Investigação, Lisboa, 1961.

Serrão, Joaquim Veríssimo; *História de Portugal,* vol. III. Editorial Verbo, Lisboa, 1978.

Thomaz, Luís Filipe Ferreira Reis; *Timor: Autópsia de uma Tragédia.* Lisboa, 1977.

Toncic, Lujo; *As Províncias Asiáticas de Portugal.* «Boletim Geral do Ultramar», ano XXXVI, n.os 424 e 425, Lisboa, Out.-Nov. 1960, pgs. 295-315.

Vallois, Henri; *Les Races Humaines.* Col. «Que sais-je?», P. U. F., Paris, 1979.

Vasconcelos, Frazão de; *Timor: Subsídios Históricos.* Agência-Geral das Colónias, Lisboa, 1937.

Agradecemos ao
Museu Nacional de Etnologia
a cedência das ilustrações